

EXEGESE BÍBLICA

A CIÊNCIA QUE ESTUDA A BÍBLIA

SISTEMÁTICA

13



FAÇA A DIFERENÇA
SEJA SETAT

SEMINÁRIO DE TEOLOGIA AO ALCANCE DE TODOS

Lenilberto Miranda, natural de Bodocó PE, Ministro do evangelho ordenado em 27/08/1998. Pastor no Ministério de Madureira, membro da CONAMAD, Bacharel, Mestre e Doutor em Ciências da Religião. Um dos Fundadores da FATESB- Faculdade de Educação Teológica Fonte de Belém, que nos seus mais de 25 anos já formou mais de 3.000 aluno em sala de aula 100% presencial. Escritor, conferencista e professor na cadeira da Teologia Sistemática, leciona Teologia desde 1997. Idealizador do projeto Teologia ao Alcance de Todos, no Youtube e Facebook com Vídeo aulas e dicas de Estudos e pesquisas no campo teológico.

QUEM SOMOS

O SETAT é uma instituição de ensino interdenominacional, independente e sem vínculo com denominações religiosas. Todos os cursos ministrados pelo SETAT são livres (EAD).

Temos por objetivo, a formação de lideranças a serviço do Reino de Deus, prepara pessoas de todas as Igrejas evangélicas para o exercício do ministério cristão. Somos impulsionados pelo compromisso com a formação integral da pessoa, motivando-a e capacitando-a a crescer nas dimensões espirituais, intelectuais do seu ministério.

Motivados pela Graça de Deus, buscamos seguir o caminho de nosso Jesus Cristo em seu ministério de compaixão, sobre a direção do Espírito Santo, ensinar, capacitar e treinar a Igreja.

Nossa visão teológica é CRISTÃ, com foco no ENSINO das Doutrinas Centrais do CRISTIANISMO, fundamentada nas ESCRITURAS SAGRADAS. Buscamos ser contextual e relevante para nosso tempo, preparando Líderes para a Missão integral da Igreja. Nosso compromisso é com a expansão do REINO DE DEUS Mc. 16.15.

A visão que Deus colocou no meu coração foi que milhões de pessoas tenham a possibilidade de estudar todo o conteúdo do curso Bacharel em Teologia em qualquer lugar do mundo. O método que utilizamos é dinâmico no ensino teológico e facilita ao máximo o aprendizado, ele se baseia nos modelos das maiores universidades abertas da Europa e dos EUA. É uma técnica rápida de transmissão de conhecimentos, divulgada durante a segunda Guerra Mundial que consistia em colocar os alunos em contato direto com o que deveria aprender. Os cursos contam com material didático online que ficará liberado para download e impressão, e correspondência enviada pelo correio. Com apoio para seus estudos, aulas Vips, cursos, palestras, treinamentos, vídeo conferência, vídeo aulas completas no nosso canal Teologia Ao Alcance de Todos no Youtube, Site, Facebook, Instagram, etc.



Transformar pessoas simples, transmitindo vocação, chamado, experiências intelectuais e espirituais através da educação Teológica inovadora de qualidade, usando todos os recursos que possibilitem a todos o acesso fácil ao conhecimento, por meio de toda tecnologia moderna.

Ser um Seminário Reconhecido em todo território nacional até 2026, como uma referência em educação teológica a distância. Com uma metodologia extraordinária e inovadora em suas práticas pedagógicas e na transformação extraordinária de Líderes pensadores de sucesso ministerial.



Amor, Carinho, Honestidade, Transparência, Respeito, Ética e Honrar ao realizar a obra de Deus, fazer os serviços operacionais e administrativos com ética cristã com excelência e eficiência, visando sempre a satisfação dos nossos alunos.

REDES SOCIAIS

Siga-nos em nossas Redes sociais, postamos muitas aulas dicas e ferramentas gratuitas para você aprender ainda mais sobre a palavra de Deus



TEOLOGIA AO ALCANCE DE TODOS

Em nosso canal no youtube você irá receber aulas dicas tutoriais e ferramentas que lhe ajudarão em seu ministério

[CLIQUE PARA CONHECER](#)



TEOLOGIA AO ALCANCE DE TODOS

Em nossa PAGÍNA você irá receber aulas dicas tutoriais e ferramentas que lhe ajudarão em seu ministério

[CLIQUE PARA CONHECER](#)



TEOLOGIA AO ALCANCE DE TODOS

Em nossa Perfil você irá receber aulas dicas tutoriais e ferramentas que lhe ajudarão em seu ministério

[CLIQUE PARA CONHECER](#)

O MELHOR CANAL PARA CASAIS, SOLTEIROS E JOVENS DO YOUTUBE



LENILBERTO *Miranda*

Informações:

TEOLOGIAAOALCANCEDETODOS.COM.BR

INTRODUÇÃO	4
I - O QUE É A BÍBLIA?.....	6
3. A Tradição Oral e a Tradição Escrita	8
4. Os Intérpretes - Profetas e Sábios	11
5. A Nova Tradição da Era Cristã.....	12
6. Entendendo Algumas Dificuldades Concretas	14
7. A Fonte Comum	16
8. As Cartas.....	17
9. O Cânon Sagrado.....	19
II - HERMENÊUTICA - INTERPRETAÇÃO DA BIBLIA	19
III - HISTÓRIA DAS FORMAS - GÊNEROS	
LITERÁRIOS	26
3. Narrativo-Histórico.....	33
IV - PRINCIPAIS ETAPAS DA HISTÓRIA DE ISRAEL	37
1. Curiosidades a Respeito da Bíblia	38
V - UM EXAME DA EXEGESE	52
VI - A INTERPRETAÇÃO BÍBLICA – ONTEM E HOJE	65
VII - EXEGESE – APLICAÇÃO – HERMENÊUTICA .	110
VIII - O CARÁTER ESTRANHO DO TEXTO	130
BIBLIOGRAFIA	157

INTRODUÇÃO

Exegese: do Grego: ek +, = ek + egéomai, penso, interpreto, arranco para fora do texto. É a prática da hermenêutica sagrada que busca a real interpretação dos textos que formam o Antigo e o Novo Testamento. Vale-se, pois, do conhecimento das línguas originais (hebraico, aramaico e grego), da confrontação dos diversos textos bíblicos e das técnicas aplicadas na linguística e na filosofia.

A Bíblia é ao mesmo tempo humana e divina, exige de nossa parte a tarefa de interpretá-la.

Amante que sou da matéria quero aqui apresentar alguns princípios básico, julgo eu, devam ser considerados especificamente na prática da Exegese Bíblica. Todo cristão "leigo" que definimos aqui como (pessoa do povo, pregador sem ordenação formal.

O que torna o pregador leigo não é propriamente a ausência de formação teológica, mas a não ordenação

ministerial. Deixando de lado tais formalidades, foram justamente os trabalhadores leigos os mais usados nos avivamentos. Haja vista o que aconteceu no País

de Gales, Estes arrogam para si o direito de interpretar o texto bíblico com propriedade, sem, contudo, ter o conhecimento das técnicas que se aplicam ao que executa tal tarefa, a de interpretador do texto sagrado.

Todo pregador do evangelho deve, por obrigação, dominar as técnicas básicas da exegese, sob pena de trair o real sentido do texto sagrado a ser explanado e de ser um disseminador de heresias, portanto se você ainda não domina a arte de interpretar e compreender os textos deve então começar agora, pelo básico.

Antes de começarmos a falar da exegese propriamente dita, você já deve ter um conhecimento básico da Bíblia, tendo em vista que iremos tratar de sua interpretação, caso você já conheça bem a Bíblia, para começarmos.

I - O QUE É A BÍBLIA?

1. Definição do Concílio Vaticano II

“A Bíblia é uma coleção de pequenos livros. Quem primeiro aplicou este vocábulo às Sagradas Escrituras foi João Crisóstomo, que exerceu o patriarcado de Constantinopla no século IV.

A Bíblia, pois, é a revelação de Deus à humanidade. Não é um mero repositório das palavras de Deus. A Bíblia é a Palavra de Deus! (“tendo sido escritos sob a inspiração do Espírito Santo, têm Deus como autor, e como tais foram entregues à Igreja”.

TESTAMENTO (Novo ou Antigo): é a tradução da palavra hebraica "berite" que significa a aliança de Deus com o povo por Moisés. Na tradução dos 70 a palavra berite foi traduzida por diateke, que em grego quer dizer aliança, contrato, testamento, acordo

OBS: A "tradução dos 70" é uma das versões mais antigas da Bíblia. Segundo a tradição, este trabalho teria sido realizado por 70 sábios da Antigüidade.

2. Origem e Formação da Bíblia

a) Indícios e Evidências Históricas

O período histórico da formação da Bíblia situa-se entre 1100 a. C. ou 1200 a. C. a 100 d. C. Provavelmente, a mais antiga parte escrita da Bíblia é o Cântico de Débora, que se encontra no livro dos Juízes (Jz. 5).

Quando os hebreus chegaram a Canaã, já havia na terra um certo desenvolvimento literário, como por exemplo, o alfabeto fenício (do qual se derivou o hebraico), que já existia no século XIV a. C. Os judeus chegaram lá por volta do século XIII a.C. Outro documento desta época é o calendário de Gezér, que data mais ou menos do ano 1000 a.C. É uma indicação de datas para uso dos agricultores. É o documento mais antigo encontrado na Palestina. Outro documento também muito antigo é o sarcófago do Rei Airam, que contém uma inscrição e foi encontrado nos séculos XIV ou XV a. C., em Biblos. Há ainda umas tabuletas encontradas em Ugarit (em 1929), onde estão escritos

uns poemas semelhantes aos salmos, datando dos séculos XIV ou XV a. C.

Além destes, há outros documentos provando que já havia uma escrita na Palestina, antes dos hebreus chegarem lá. A inscrição do túmulo de Siloé (700 a. C.), explicando como foi feito; os "óstrakon", de Samaria, onde há uma espécie de carta diplomática, são documentos que provam a continuidade de uma atividade literária. Em Juizes 8,14, o autor descreve um acontecimento ocorrido mais ou menos em 1100 a.C. E em que língua foi escrito este fato pela primeira vez, na época em que aconteceu? Provavelmente no alfabeto fenício (pré-hebraico).

3. A Tradição Oral e a Tradição Escrita

A parte mais antiga da Bíblia remonta justamente deste tempo (1100 a.C.), quando a escrita ainda não estava bem definida, e é oral. Desde este tempo já se fora criando uma tradição, que existia oralmente e era

transmitida aos novos pelos mais velhos nas reuniões que havia nos santuários.

Por este tempo, só eram relatados os acontecimentos do deserto, do Sinai, da aliança de Deus com o povo. Mas os jovens queriam saber o que havia acontecido antes disto.

Então foram sendo compostas as histórias dos Patriarcas. Mas, e antes deles, antes de Abraão? Passaram à história da criação do mundo. Por isso, se afirmar que a parte mais antiga da Bíblia é o Cântico de Débora, no livro dos Juízes. A partir daí, fez-se um retrospecto didático-histórico.

Como dissemos, estas histórias iam sendo passadas oralmente de pai a filho, nos santuários. Acontece que nem todos iam para os mesmos santuários, o que motivou a existência de pequenas diferenças na catequese do norte e na do sul. A tradição do sul foi chamada de JAVISTA (J), pois Deus era tratado sempre por Javé; a do norte se chamou ELOISTA (E), porque Deus era tratado como Eloi.

A tradição oral existiu até os tempos de Davi, quando foi escrita a tradição javista; meio século depois, foi escrita também a eloísta. Por volta de 721 a.C., na época, da divisão dos reinos, quando Samaria foi destruída pelos assírios, muitos sacerdotes do norte fugiram para o sul e levaram consigo a sua tradição.

A partir de então, as duas foram compiladas num só escrito. Falamos das duas tradições: uma do Norte e outra do sul. Mas não existiam apenas estas duas, que são as principais. Há ainda a DEUTERONOMICA (D), encontrada casualmente em 622 a. C. por pedreiros, que trabalhavam num templo. Corresponde ao livro Deuteronômio da Bíblia atual. Após esta, surgiu a SACERDOTAL (P), nova compilação das catequeses antigas de Israel, datada do século VI a.C. Ao fim, estas quatro tradições foram combinadas entre si e compiladas em 5 volumes, dando origem ao Pentateuco da Bíblia atual.

Na tradição Javista, Deus é antropomórfico. Na Sacerdotal, Deus é poderoso, está acima do tempo, o que significa um progresso no conceito de Deus que o povo tinha. A redação do Pentateuco se deu pelo ano

398 a.C. e compreendia a primeira parte da Bíblia judaica.

A partir de Josué, a tradição continuou oral, para ser escrita somente por volta de 550 a.C. E foram escritas do modo como o povo contava. Por isso não se pode dar a mesma importância histórica aos fatos descritos nestes livros em relação a outros posteriores, pois alguns fatos narrados foram baseados na tradição popular, enquanto que outros foram baseados em documentos de arquivos (anais do Reino). Este é um grande desafio para os estudiosos e também uma fonte de divergências.

4. Os Intérpretes - Profetas e Sábios

Durante muito tempo, os profetas foram os orientadores do povo de Deus. Os livros proféticos resumem os seus ensinamentos, e na sua maioria foram escritos só mais tarde, por seus seguidores. Somente por volta do ano 200 a.C. é que foram redigidos os livros proféticos. Os livros Sapienciais foram o resultado de um estilo literário que esteve em moda durante muito tempo, na época

posterior ao exílio. São umas reflexões humanístico-religiosas.

Passados os profetas, surgiram os sábios que raciocinavam sobre as coisas da natureza, tirando delas ensinamentos para a vida. Foram acrescentados aos livros sagrados nos últimos séculos a.C., sendo os mais recentes livros do Antigo Testamento.

5. A Nova Tradição da Era Cristã

O Novo Testamento não foi escrito com a finalidade de ser acrescentado à Bíblia. No tempo de Cristo e dos Apóstolos, o livro sagrado era apenas o Antigo Testamento. O próprio Jesus Cristo se baseava nele em suas pregações. E Ele mandou apenas pregar, e não escrever. Foi quando uma nova tradição oral foi se formando. E após a morte de Cristo, os apóstolos saíram pregando. Mas veio a necessidade de congregar outras pessoas para o anúncio, em vista do grande número de comunidades existentes. Então, começaram a escrever. Mais tarde, com a aceitação também de cidadãos estrangeiros nas comunidades, a mensagem

precisou ser traduzida e adaptada. Além disso, o próprio povo necessitava de uma escrita (doutrina escrita) para se conservar una, após a morte dos Apóstolos. Esta redação, no início, era apenas de alguns escritos esparsos, que só depois de algum tempo foram juntos em livros. Exemplo disso está em Marcos 2, uma série de disputas de

JC com os Judeus, onde se vê claramente que foi recolhida de escritos separados.

Também em João se lê:

“Muitas outras coisas Jesus fizeram que não foram escritas...” (Jo. 21,24) Isto significa que só foram escritas aquelas mensagens que teriam utilidade, conforme as necessidades momentâneas.

O evangelho de Marcos, o primeiro a ser escrito, data dos anos 60 ou 70 d.C.; os de Lucas e Mateus, são de 70 ou 80, o que significa que somente após uns 40 anos da morte de JC sua palavra começou a ser escrita. O Evangelho de João só foi escrito em torno do ano 100 d.C. Antigamente, se acreditava ser Mateus o autor do primeiro Evangelho.

Mas a crítica histórica mostra que o de Marcos foi anterior. Aliás, a respeito deste evangelho de Mateus, não se sabe ao certo quem é o seu autor. Foi atribuído a Mateus, apenas por uma tradição e também por uma praxe da época de se atribuir um escrito a alguém mais conhecido e famoso, para que a obra tivesse mais autoridade.

6. Entendendo Algumas Dificuldades Concretas

Durante o tempo anterior à escrita dos Evangelhos, havia apenas a pregação dos Apóstolos, recordando os fatos da vida de Cristo, todavia eram fatos esparsos, sem nenhuma preocupação com sequência ou unidade. Por isso os Evangelhos, que foram esta pregação escrita, se contradizem em algumas datas, o que mostra a pouca importância dada à cronologia. Os fatos eram recordados e aplicados, conforme as necessidades.

Assim, até entre os Evangelhos sinóticos, que seguiram a mesma fonte, há diversificações. Por exemplo, no

Sermão da Montanha, em Lucas fala "bem aventurados os pobres"; e em Mateus, "bem aventurados os pobres de espírito".

A diferença consiste no seguinte: Lucas deu um sentido social, mais importante para as comunidades gregas, para as quais escrevia. Mas o de Mateus destinava-se às

comunidades judias e queria combater uma doutrina dos judeus que tinham uma idéia falsa de pobreza. Para eles, o próprio fato de a pessoa ser pobre, já lhe garantia a salvação, enquanto outra pessoa, pelo simples fato de ser rica, já estava condenada. Por causa disso ele escreveu "pobres de espírito".

Outro ponto de discordância é o caso da cura de um cego. Mateus diz "um cego, na saída de Jericó"; e Lucas "dois cegos, na entrada de Jericó". O fato da 'entrada' e 'saída' pode ser explicado pela existência de duas cidades chamadas Jericó. O fato de serem um ou mais cegos explica-se pelo seguinte: era comum naquele tempo os cegos formarem grupos em torno de um cego-líder; e o nome deste geralmente era o do grupo. No entanto, estes detalhes pouco importam ao evangelho.

O seu interesse é a apresentação da mensagem (evangélion = boa nova).

7. A Fonte Comum

Os Evangelistas sinóticos se basearam no Evangelho de Marcos e noutra fonte, convencionada por fonte "Q", simbolizando os inúmeros escritos esparsos de que já tratamos. Espalharam cópias destes por outras partes do mundo. Lucas, Mateus, cada um em lugares diferentes, se inspiraram nos escritos disponíveis e inclusive no evangelho de Marcos, que na época já havia sido escrito.

O fato do primeiro Evangelho ser atribuído anteriormente a Mateus se deve a uma afirmação de Eusébio de que Mateus escrevera a "logia" do Senhor em aramaico. Mas a crítica histórica provou que o Evangelho que conhecemos não traz apenas a "logia" do Senhor e não foi escrito em aramaico, e sim em grego. Portanto a notícia de Eusébio se refere a outro escrito, e não a este evangelho. Nada impede, porém,

que tenha sido escrito por discípulos de Mateus e atribuído ao Mestre. Aliás, a respeito de "Evangelho", o primeiro a usar esta palavra para indicar as

memórias dos Apóstolos foi S. Justino, em 130 d.C.

8. As Cartas

As cartas de Paulo foram enviadas para serem lidas em público.

Em I Ts. 5, 27 há uma alusão a isto. Havia também o intercâmbio das cartas, como se lê em Cl. 4,16; "mostrem esta carta para Laodicéia e tragam a de lá para vocês".

Aos poucos as cartas foram colecionadas, e no fim do I século já se tem notícia delas, quando em II Pd. 3,15 se lê: "...nosso irmão Paulo vos escreveu conforme o dom que lhe foi dado..." As cartas de Paulo foram os primeiros escritos do Novo Testamento. Não se sabe

quando os Evangelhos e elas foram acoplados, mas já no fim do I século estavam reunidos num só livro.

As Epístolas Católicas (universais) são chamadas assim por se destinarem à Igreja em geral, e não a tal ou qual comunidade, como fizera Paulo. Elas também se originaram da necessidade pastoral, e já no começo do II século estavam incorporadas aos outros escritos do NT. Os Atos dos Apóstolos podem ser considerados a continuação do terceiro Evangelho, pois também foi escrito por Lucas. E o Apocalipse de São João, livro profético, foi acrescentado por último.

Nos escritos do Novo Testamento, frequentemente se encontram citações do Antigo Testamento. É que muitas vezes os Apóstolos queriam tirar dúvidas sobre certas passagens, que tinham falsa interpretação. Nas assembleias, eram lidos escritos do Antigo Testamento e do Novo Testamento, para explicá-los. Exemplo disto temos em I Ts. 4,15; I Co. 7,10.25.40; At. 15, 28; I Tm. 5,18; Lc. 10,7.

9. O Cânon Sagrado

No século III, a Igreja se reuniu em Concílio em Hipona, e uma das tarefas era organizar o "cânon", ou a lista de livros sagrados considerados autênticos. Neste Concílio, os livros foram estudados e se investigou quais os que sempre foram

lidos nos cultos e sempre foram considerados legítimos. E se estabeleceu a ordem ainda hoje conservada. O motivo pelo qual alguns livros foram postos em dúvida era a grande quantidade de livros apócrifos, que fazia com que se duvidasse dos verdadeiros. Havia muitos livros que os judeus não aceitavam. Então os Ss. Padres ponderaram os prós e contras e definiram a lista que foi aprovada.

II - HERMENÊUTICA - INTERPRETAÇÃO DA BIBLIA

1. Conceito

A palavra 'hermenêutica' vem do verbo 'hermenêuein' (interpretar). E esta interpretação foi entendida diversamente através dos tempos. Por isso, temos três tipos de exegese: 1. rabínica; 2. protestante; 3. católica.

2. Exegese Rabínica

Os judeus interpretavam a escritura ao pé da letra, por causa da noção de inspiração que tinham. Se uma palavra não tinha sentido perceptível imediatamente, eles usavam artifícios intelectuais, para lhes dar um sentido, porque todas as palavras da Bíblia tinham que ter uma explicação.

O exemplo do paralítico é antológico: ele passara 38 anos doente. Por que 38? Ora, 40 é um número perfeito, usado várias vezes na vida de Cristo (antes da ressurreição, no jejum) ou também no AT (deserto, Sinai). Dois é outro número perfeito, porque os mandamentos (vontade) de Deus se resumem em "2": amar Deus e ao próximo. Portanto, tirando um número perfeito de outro, isto é, tirando 2 de 40 deve dar um número imperfeito (38) que é número de doença...

Alegoria pura: neste sentido se entende a condenação de certas teorias que apareceram e eram contrárias à

Bíblia (caso de Galileu). Assim era a exegese antiga. No século XVIII, o racionalismo fez o extremo oposto desta doutrina: negaram tudo que tinha algum aspecto de sobrenatural e mistério, e procuravam explicações naturais para os fatos incompreensíveis, assim por exemplo, dizendo que Cristo hipnotizava os ouvintes e os iludia dizendo que era milagre. JC não ressuscitou, mas ele apenas havia desmaiado na cruz, e quando tornou a si saiu do sepulcro... Talvez não o fizessem por maldade. Era por princípio filosófico.

A Igreja primitiva herdou muito do rabiníssimo, no início, mas depois se libertou. Começaram por ver na Bíblia vários sentidos: literal, pleno e acomodático. Literal: sentido inerente às palavras, expressão pura e simples da ideia do autor; Pleno: fundado no literal, mas que tem um aprofundamento talvez nem previsto pelo autor. Deus pode ter colocado em certas palavras um significado mais profundo que o autor não percebeu, mas que depois se descobre. Deus, como autor, fez assim. A palavra do profeta se refere a uma situação histórica; a palavra de Deus se refere ao futuro. Acomodático: é a acomodação a um sentido à parte

que combina com as palavras. É a Bíblia aplicada à realidade apenas pela coincidência dos textos.

Por exemplo, em Mateus se lê "do Egito chamei meu filho"... para que se cumprisse a Escritura. Mas o sentido, ou seja, a aplicação original deste trecho não se referia à volta da Sagrada Família, mas sim à saída do Povo do Egito. Esta acomodação foi explorada demasiadamente pelos pregadores, que até abusaram disto. Outro exemplo de acomodação é a aplicação a Maria dos textos do livro da Sabedoria. Estes são mais literatura que Escritura. Todavia, crendo-se na inspiração, aceita-se que as palavras do autor podem ter uma significação mais profunda que a original.

3. Exegese Protestante

Surgiu do protesto de alguns cristãos contra a autoridade da Igreja como intérprete fiel da Bíblia. Lutero instituiu o princípio da "sacra scriptura sola" (traduzindo, a escritura sozinha), sem tradição, sem autoridade, sem outra prova que não a própria Bíblia. A partir daquele instante, os Protestantes se dedicaram a um estudo mais acentuado e profundo da Bíblia, antecipando-se mesmo aos católicos. Mas o princípio posto por Lutero

contribuiu para um desastre hermenêutico, pois ele mesmo disse que cada um interpretasse a Bíblia como entendesse, isto é, como o Espírito Santo o iluminasse.

Isto fez surgir várias correntes de interpretação, que podem se resumir em duas: a conservadora e a racionalista.

A conservadora parte daquele princípio da inspiração = ditado, em que se consideram até os pontos massorético como inspirados. Não se deve aplicar qualquer método científico para entender o que está escrito. É só ler e, do modo que Deus quiser, se compreende. A racionalista foi influenciada pelo iluminismo e começou a negar os milagres.

Daí passou à negação de certos fatos, como os referentes a Abraão. Afirmam que as narrações descritas, como provam o vocabulário, os costumes, são coisas de uma época posterior, atribuído àquela por ignorância.

Esta, teoria teve muito sucesso e começaram a surgir várias 'vidas' de Jesus em que ele era apresentado como um pregador popular, frustrado, fracassado...

Outros ainda interpretavam o Cristianismo dentro da lógica hegeliana: São Paulo, entusiasmado, teria feito uma doutrina, que atribuiu a JC (tese); depois São João, com seu Evangelho constituiu a antítese; finalmente São Marcos fez a síntese. Hoje, porém, se sabe que Marcos é o mais antigo. Estes intérpretes se contradizem entre si, o que provocou uma certa desconfiança. Por fim, a própria arqueologia, em auxílio do Cristianismo, veio provar com a descoberta de vários documentos históricos que a Bíblia tinha razão: aqueles costumes, aquele vocabulário era realmente daquela época, inclusive o uso dos nomes Abraão, Isaac também eram comuns no tempo. Isto e outras coisas serviram para desmentir tais ideias iluministas.

4. Exegese Católica

Inicialmente, apegou-se muito aos métodos tradicionais: usava mais a tradição e menos a Bíblia. Mesmo no século XIX, a tendência era ainda conservar a apologética, a defesa da fé. Foi o Padre Lagrange quem iniciou o movimento de restauração da exegese católica. Começou a

comentar o AT com base na crítica histórica. Mas foi alvo tantos protestos que não teve coragem de continuar. Em seguida, comentou o NT, e ainda hoje é autoridade no assunto. A Igreja Católica custou muito a perceber o seu atraso no estudo bíblico, e até bem pouco tempo ainda afirmava ser Moisés o autor do Pentateuco, quando os protestantes há mais de um século já descobriram que não.

Primeiro passo da nova exegese da Igreja Católica foi dado por Pio XII, em 1943, com a encíclica DIVINO AFFLANTE SPIRITU, na qual aprovou a teoria dos vários gêneros literários da Bíblia. Depois, em 1964, Paulo VI aprovou um estudo de uma comissão bíblica a respeito da história das formas (formgeschichte).

E hoje em dia, tanto os exegetas católicos como os protestantes são a favor desta, e qualquer livro sério sobre o assunto traz este aspecto. Protestantes citam católicos e vice versa, sem nenhuma restrição.

III - HISTÓRIA DAS FORMAS - GÊNEROS LITERÁRIOS

História Das Formas ("FORMGESCHICHTE")

É o padrão da exegese moderna. Em geral todo método exegético moderno aborda os seguintes tópicos:

a) Crítica Textual - se os manuscritos originais desapareceram ou nunca foram encontrados, como se sabe se o texto atual corresponde ao original? Até que ponto é fiel? Em 1008, foi encontrado um manuscrito básico para a edição da melhor bíblia hebraica que se tem hoje. Está no museu de Leningrado. Mas, questiona-se: por quanto tempo o livro foi sendo recopilado, e foi adquirindo erros de escrita? Muitas vezes, vários manuscritos (cópias) de um mesmo livro trazem palavras diferentes. E por que tanta fé neste manuscrito?

O manuscrito mais antigo (até pouco tempo) do Antigo Testamento era composto de fragmentos de um papiro do I ou II século a.C. Os beduínos acharam às margens

do Mar Morto vários manuscritos datando do II século a.C. e há alguns, como o livro de Isaías, cujo texto é quase completamente igual ao que temos. A Bíblia original (copiada) data do século II d.C.

Os rabinos tinham muito cuidado em transmitir a doutrina, e procuravam unificar os textos. Os textos velhos eram colocados em lugares onde ninguém podia mais usá-los, chamados gezidas. Numa destas gezidas foi encontrado um documento do ano 800, aproximadamente, do qual aquele de 1008 é cópia.

A diferença entre ambos é pouquíssima. Ora, se a nossa Bíblia é a tradução daquele manuscrito, considerado autentico, aquela Bíblia é a melhor.

b) 'Sitz in Leben'- Há livros que antes de serem escritos, foram passados oralmente por várias gerações. Cada manuscrito que serviu para a composição de um texto tem uma história diferente. Por isso eles dividem as perícopas e estudam as tradições e fontes delas.

E como o manuscrito chegou a esta fonte? Deste estudo se deduz a 'sitz in leben' (situação na vida) deste manuscrito no gênero literário. A 'sitz in leben' que este gênero literário tem na comunidade; a 'sitz in leben' desta comunidade na história.

c) História da Redação - Por que há certas palavras a mais ou a menos nos Evangelhos? Isto varia com a 'sitz in leben' do manuscrito. Quem determina, isto é, a crítica literária. Tudo isto dentro do estudo da história das formas.

2. Principais Generos Literários da Bíblia

Dividem-se assim os diversos gêneros literários encontrados na Bíblia:

- a) Narrativo: histórico e didático
- b) Legislativo
- c) Sapiencial
- d) Profético
- e) Cânticos
- f) narrativo-didático: mito, saga, legenda, conto, fábula, alegoria, parábola

g) Mito - conto que se passa com deuses, ou cujos personagens são os deuses. Têm tonalidade solene e são originários de círculos politeístas. A mitologia babilônica, por exemplo, muito influenciou no povo de Israel, que sempre foi monoteísta. Isto se vê nos Salmos 103.6-9; 17.8-16; 88.11 e nos proféticos: Jo. 26.12. Nos livros históricos, a influência é mais velada. Mas a árvore da vida do Gênesis já existe num poema de Gilgames (de origem Babilônica): um herói perguntou a um seu antepassado que era deus, onde ficava a árvore da vida. Ele a encontrou no fundo do mar, e levou um ramo para plantar. Tendo sede, foi beber num poço e uma serpente levou o seu ramo. A história do dilúvio tem uma similar na cultura babilônica. É o caso de uma deusa que era amada ao mesmo tempo por um deus e por um homem. Então para matar o homem, o deus mandou o dilúvio.

O importante a se notar nisso tudo é que, ao ser transcrita para o livro sagrado, o autor purifica a lenda, tirando as características politeístas e servindo-se da cultura popular para levar uma mensagem. A árvore da vida, na bíblia, significa que o homem foi criado para

não morrer. Na sabedoria babilônica, explicam que o mundo nasceu de uma briga dos deuses.

O deus vencido foi partido ao meio. De uma metade fez o deus vencedor o céu; de outra fez a terra. Depois pediu a um deus artista que fizesse o homem com o sangue apodrecido do deus vencido. Por isso, o homem e o mundo são maus do princípio.

O autor sagrado aproveita-se destes elementos, mas purificando-os e adaptando-os. A tradicional briga dos anjos com Lúcifer existe num mito fenício sob a forma de uma briga de deuses. A linguagem mítica da bíblia, o antropomorfismo de Deus... tudo isto tem origem desta inspiração na literatura exterior a Israel.

h) Saga - contos que se ligam a lugares, pessoas, costumes, modos de vida dos quais se quer explicar a origem, o valor, o caráter sagrado de qualquer fenômeno que chama a atenção. A saga se chama etiológica quando procura a causa de um fenômeno. Por exemplo, para explicar a existência de uma vegetação pobre e espinhosa na região sul ocidental do Mar Morto, surgiu a lenda de Sodoma e Gomorra, a chuva de

enxofre... A origem de várias estátuas de pedra, formadas pela erosão é explicada pela história da mulher de Ló, que foi transformada em estátua. A narrativa de Caim e Abel é outra, para explicar a origem de uma tribo cujos integrantes tinham um sinal na testa. Explicavam que Deus colocara um sinal em Caim para que ninguém o matasse, e daí este sinal ficou para a descendência. O próprio nome de Caim é inventado, porque a tribo tinha o nome de cainitas e eles deduziram que seu fundador devia chamar-se Caim.

A saga se chama etimológica quando é para explicar um nome. Existe na Palestina uma Ramat Leqi (montanha da queixada). Para explicar a origem deste nome eles inventaram a estória de Sansão, um homem muito forte, que lutara contra muitos inimigos usando uma queixada, e os vencera. Depois ele jogou a queixada naquele monte, que ficou conhecido como monte da queixada. O caso das filhas de Ló (Gênesis 19) é uma história difamatória contra os amonitas e moabitas, tradicionais inimigos de Israel. (Amon e Moab significam 'do pai'). Outras sagas da Bíblia: a de Noé embriagado; a briga de Labão com Jacó (Gênesis 31). A saga se chama heróica quando tem por finalidade engrandecer a vida

dos heróis do passado. O valor da saga está na riqueza popular (folclórica) que ela traz. Nem sempre há lição em cada uma. Mas a fartura de detalhes que ela traz mostra a mentalidade do povo. Seu valor é maior para a crítica literária.

i) Legenda - distingue-se da saga porque se refere a pessoas ou objetos sagrados e querem demonstrar a santidade destes por meio de um fato maravilhoso. Legendas na Bíblia há em Nm.16.1; 17.15; histórias a respeito de Moisés; Daniel I. 2, 3, 4: sonhos de Daniel; Os milagres de Elias contra os sacerdotes de Baal; Gênesis 28.10: Jacó sonha com os anjos (pedra de Betel). É comum nas legendas referir-se à lei ou objeto de culto.

A imolação de Isaac, que não deu certo, é para reprimir um costume dos cananeus de imolar crianças, costume proibido pela lei de Moisés. A serpente de bronze (Nm. 21) se refere a uma serpente de bronze mandada fazer pelo rei Manasses, que foi destruída por Javé. A circuncisão (Gn.17) é explicada assim: Deus apareceu a Abraão para fazer aliança com ele e o pacto era a

circuncisão de todos os meninos no oitavo dia. Js. 5.9 e Ex.12 e 13 falam da origem da Páscoa.

j) Parábolas, fábulas, alegorias - parábola é uma história comparativa, de sentido global (II Sm. 12.1-4); fábula é a narrativa que faz os seres inanimados ou os animais falarem (Jz. 9.7); alegoria é uma história comparativa em que cada elemento tem um significado particular (Is.5.1-7). Há ainda o

apólogo, quando se trata da animação de objetos.

3. Narrativo-Histórico

Popular, onde ninguém sabe o fim da lenda e o começo da história. É uma história primitiva, baseada em histórias que corriam na boca do povo, um misto de elementos verídicos e legendários acrescentados. Os livros Josué e Juízes (550 a.C.) estão nesta categoria. Epopéia (nacional-religiosa) são histórias retiradas da catequese do povo. Se bem que tenham elementos acrescentados, todavia a mensagem pode ser

considerada autêntica. O exemplo mais típico deste gênero é a narração epopéica da passagem do mar vermelho (14). A fuga de Israel do Egito está ligada a um fato acontecido no tempo de Ramsés II.

Ele foi um faraó que empreendeu grandes conquistas, principalmente à procura de escravos para trabalhar. Entre os povos submetidos havia um grupo de judeus. Mais tarde, fraquejou a vigilância, e muitos fugiram, inclusive muitos judeus. Então eles empreenderam a fuga pelo deserto e se aproveitaram de uma região onde havia um braço de mar que secava durante a maré baixa para sair do território egípcio.

Esta narrativa na Bíblia é contada com todos aqueles retoques conhecidos. Mas se analisarmos bem, veremos que na própria Bíblia, há duas citações do mesmo fato, e cada uma conta diferente. São as duas tradições: a javista, mais antiga e mais verdadeira, afirma que o vento soprou durante toda a noite e fez o mar recuar; a sacerdotal, mais recente, modificou a narração para a divisão das águas em duas muralhas por onde todos passaram em seco. Há uma certa contradição nestas duas. Mas o que se deve concluir daí é que os soldados os perseguiram na fuga e eles

passaram na maré baixa. Quando os soldados chegaram, a maré já subira e não dava passagem. Enquanto isso, eles se adiantaram

ainda mais. Ao transcrever isto na Bíblia, o autor sagrado quer mostrar o fato da presença de Deus em ajuda de seu povo, através dos elementos da natureza.

a) Historiográfico

É o trabalho dos escribas encarregados de escrever as crônicas dos anais dos reis. A partir destas crônicas vários livros foram escritos. I Reis 11.41 cita os anais de Salomão; em 14.19 afirma que o restante está nos livros das crônicas dos Reis de Israel. São documentos de maior credibilidade, porque são mais históricos. Somente a partir do livro dos Reis, é que são usados documentos escritos na época. Antes era apenas história popular.

b) Legislativo

É representado na Bíblia principalmente no Pentateuco. Tem muito em comum com os outros povos vizinhos e herdou muito deles. Há passagens na Bíblia que são repetições do código de Hamurábi. Os povos orientais

são muito ricos neste tipo de literatura. Quanto aos tipos de leis, há três: 1. leis causídicas: pormenorizadas conforme as situações; 2. leis apodíticas: universais; 3. leis rituais.

c) Sapiencial

Originou-se também dos povos vizinhos, principalmente a partir do Exílio. São de origem profana e não religiosa, pois as suas fontes também não eram religiosas. O povo oriental é pensador por natureza e a sabedoria é uma virtude muito difundida e apreciada. A sabedoria bíblica não difere muito da sabedoria oriental em geral.

d) Profético

Também tem origem fora de Israel. Os povos da época tinham seus profetas. Eles moravam nos palácios dos reis e eram os que dialogavam com os deuses. É preciso notar que naquela época profeta não era sinônimo de adivinho, como

às vezes se identifica. Eles manifestavam ao povo a vontade de Deus com sermões, com sinais, exortações e oráculos.

e) Salmos

Também tem influência externa (fora de Israel). Não são todos de Davi. Apareceram conforme as necessidades. Foram compostos sem sequência ou cronologia. São cantos de louvor, de súplica.

IV - PRINCIPAIS ETAPAS DA HISTÓRIA DE ISRAEL

O primeiro marco importante na história política de Israel foi o exílio. Sua finalidade política era para evitar a rebelião. Em geral, quando era conquistado um povo muito numeroso, os conquistadores achavam perigoso deixá-los em suas terras de origem, porque isso lhes facilitava um trabalho oculto de rebelião para expulsar os invasores. Então, longe de suas terras e sem uma liderança, eles não podiam se movimentar. Os judeus foram assim exilados para a Babilônia. O exílio teve início no ano 587 e foi concluído com o edito de Ciro que, em 538 conquistou a Babilônia e libertou os judeus. Dizem os historiadores que a rivalidade entre judeus e samaritanos começou na volta do exílio. O povo no

exílio ficou muito tempo em contato com vários povos estrangeiros e adquiriu com isto um sincretismo religioso que levaram para a Pátria. Ao retornarem à pátria, logo eles empreenderam a reconstrução de Jerusalém (casas, templo...), mas não se livraram completamente das influências politeístas, causando assim várias

brigas internas. O Sinédrio era a cúpula religiosa da nação, composta de 70 membros sob a presidência do Sumo Sacerdote, que tinha autoridade suprema. Os fariseus e saduceus eram partidos políticos, mas com inspiração religiosa. Os primeiros eram da oposição e os outros, da situação. No ano 63 a.C, a Palestina

foi conquistada pelos Romanos, iniciando outra era de dominação estrangeira, que perdurou até o tempo de Cristo.

1. Curiosidades a Respeito da Bíblia

O Rei de Espanha, temendo que o príncipe de Granada, como herdeiro legítimo do trono, tentasse lhe tomar a coroa, resolveu prendê-lo num calabouço em Madri.

Passados vinte anos, o príncipe faleceu. Examinada a prisão, foi encontrada na parede uma escrita, feita com a ponta de um prego, onde se lia: "A palavra Senhor é encontrada na Bíblia 1.853 vezes; Jeová, 6.855; o segundo verso do Salmo 117, marca a metade da Bíblia; o verso maior dela é Ester 8.9; o menor é João 11.35; no Salmo 107, há quatro versos iguais: 8, 15, 21 e 31.

Todos os versos do Salmo 136 terminam da mesma maneira; na Bíblia não se encontrada nenhuma palavra ou nome que tenha mais de seis sílabas; o capítulo 37 de Isaías e o 19 de II Reis são iguais; Jeremias 52 v.31 a 34 é igual ao de 11 Rs. 25.27-30, a palavra menina só aparece uma vez em Joel 3.3.

No Antigo e Novo Testamentos, há 3.586.483 letras, 773.693 palavras, 31.373 versos, 1.179 capítulos e 66 livros. Estes estão divididos assim: 39 livros no Velho e 27 no Novo. Todos esses livros foram escritos por cerca de 40 autores em 16 séculos de história. Foram usados três idiomas: hebraico, aramaico e grego.

2. O Que é e do Que Trata a Exegese Bíblica

Aqui se encontram dez princípios que devem ser seguidos na interpretação bíblica.

Denomina-se princípio da unidade “escriturística”. Sob a inspiração divina a Bíblia ensina apenas uma teologia. Não pode haver diferença doutrinária entre um livro e outro da Bíblia.

Aprender a ler cuidadosamente o texto e fazer perguntas certas ao mesmo. Há duas perguntas básicas que devemos fazer a cada passagem: As que dizem respeito ao contexto e as que, dizem respeito ao conteúdo.

3. Durante a Reforma Protestante

Com a mentalidade de retorno à bíblia, a reforma frisava a comparação da Bíblia com a Bíblia, ou seja, a interpretação de um dado texto bíblico mediante ao apelo a outros textos bíblicos.

Com tudo a teologia ocidental continuou sendo a principal norma na interpretação das ideias protestantes, visto que as igrejas luterana e reformada são filhas da

tradição ocidental que se concretizou na igreja Católica Romana.

4. Moderna Crítica Bíblica

Este assunto tem lançado tanto luzes quanto sombras sobre o conhecimento bíblico e teológico.

Apesar de ser uma atividade legítima e necessária afim de pôr os estudos bíblicos a par das evidências linguísticas, literárias, históricas e científicas, infelizmente as pessoas que são conhecidas como críticas bíblicas, geralmente tem se mostrado dotadas de uma mentalidade cética, além de lhes faltar a experiência com a fé cristã.

5. Além da Exegese

É inútil esperar um delineamento da verdade inteira por mais exata e complexa que possa ser.

Ha coisas que Deus simplesmente não nos revelou - Dt. 29.29, nem por isso devemos diminuir a importância da pesquisa bíblica séria, mediante corretos métodos exegéticos.

Deixe a Bíblia interpretar a própria Bíblia. Este princípio vem da Reforma Protestante.

O sentido mais claro e mais fácil de uma passagem explica outra com sentido mais difícil e mais obscuro.

Este princípio é uma ilação do anterior. Jamais esquecer a Regra Áurea da Interpretação, chamada por Orígenes de Analogia da Fé. O texto deve ser interpretado através do conjunto das Escrituras e nunca através de textos isolados.

Sempre ter em vista o contexto. Ler o que está antes e o que vem depois para concluir aquilo que o autor tinha em mente.

Primeiro procura-se o sentido literal, a menos que as evidências demonstrem que este é figurado.

Ler o texto em todas as traduções possíveis - antigas e modernas.

Muitas vezes uma destas traduções nos traz luz sobre o que o autor queria dizer. Apenas um sentido deve ser procurado em cada texto.

O trabalho de interpretação é científico, por isso deve ser feito com isenção de ânimo e desprendido de

qualquer preconceito. (o que poderíamos chamar de "achismos").

Fazer algumas perguntas relacionadas com a passagem para chegar a conclusões circunstanciais. Por exemplo:

- a) - Quem escreveu?
- b) - Qual o tempo e o lugar em que escreveu?
- c) - Por que escreveu?
- d) - A quem se dirigia o escritor?
- e) - O que o autor queria dizer?

Feita a exegese, se o resultado obtido contrariar os princípios fundamentais da Bíblia, ele deve ser colocado de lado e o trabalho exegético recommençado novamente.

6. As Ferramentas Necessárias ao Exegeta

Usar a Bíblia que contiver o texto mais fidedigno na língua original.

(Os que não podem ler a Bíblia no original devem usar uma tradução fiel, tanto quanto possível). Escolhido o texto é necessário saber exatamente o que ele diz. Para isso são necessárias suas espécies de ferramentas:

- a) Dicionários

Para o Velho Testamento o melhor em inglês é: Um Conciso Léxico Hebraico e Aramaico do Velho Testamento de William Holaday.

Para o Novo Testamento o melhor é: Léxico Grego-Inglês do Velho Testamento de Walter Bauer (Universidade de Chicago), traduzido e adaptado para o inglês por Arndt Gingrichd.

Em português não há nem um dicionário para o grego bíblico. Para o grego clássico o melhor que temos é: Dicionário Grego-Português e Português-Grego de Isidro Pereira, Edição do Porto, Portugal.

b) Gramáticas

A melhor do hebraico é a de Gesenius.

Para o Novo Testamento as melhores gramáticas são as de Blass,. Moulton e Robertson.

Depois de determinado o que o texto registra, é preciso ir além e investigar mais precisamente a significação teológica de certas palavras. A melhor fonte para este estudo no grego é o Dicionário Teológico do Novo Testamento, editado por Kittel e Friedrich.

São dez alentados volumes para o inglês.

Para o Velho testamento não existe trabalho idêntico.

Em português continuamos numa pobreza mais do que franciscana neste aspecto. O próximo passo é uma pesquisa conscienciosa do contexto para que não haja afirmações que se oponham ao que o autor queria dizer ou distorções daquilo que ele disse.

Após esta pesquisa é necessário considerar cuidadosamente a teologia, o estilo, o propósito e o objetivo do autor. Para este mister as obras mais necessárias são: concordância, introduções e livros teológicos.

Em português temos a Concordância Bíblica, publicação da Sociedade Bíblica do Brasil, 1975.

Muito úteis para o exegeta são os estudos teológicos que tratam com o livro específico do qual estamos fazendo a exegese.

O próximo passo em exegese é a familiarização com o conhecimento geográfico, histórico, os hábitos e práticas podem iluminar nossa compreensão sobre o texto. Para tal propósito são necessários Atlas, livros arqueológicos, histórias e dicionários bíblicos.

Dicionários da Bíblia são muito úteis para rápidas informações sobre um assunto, identificação de nomes de pessoas, lugares ou coisas. O melhor dicionário da Bíblia é: The Interpreter's Dictionary of the Bible, quatro volumes.

7. Como Fazer Exegese

Na atualidade a mídia, especialmente a TV e o rádio, tem sido usado como instrumentos para espalhar a palavra de Deus, mas ao mesmo tempo tem provocado na mente de muitos cristãos a "lerdeza do pensar". Hoje existe o "evangelho solúvel", "evangelho do shopping center", "dos iluminados", etc. Mas pouco se estuda a fonte do evangelho do Nosso Senhor Jesus Cristo, isto é muito mais do que uma leitura diária e muitas vezes feita às pressas para cumprir um ritual.

8. Cinco Regras Concisas

Interpretar lexicamente. É conhecer a etimologia das palavras, o desenvolvimento histórico de seu significado e o seu uso no documento sob consideração. Esta

informação pode ser conseguida com a ajuda de bons dicionários. No uso dos dicionários, deve notar-se cuidadosamente o significado da palavra sob consideração nos diferentes períodos da língua grega e nos diferentes autores do período.

Interpretar sintaticamente: o interprete deve conhecer os princípios gramaticais da língua na qual o documento está escrito, para primeiro, ser interpretado como foi escrito. A função das gramáticas não é determinar as leis da língua, mas expô-las. O que significa, que primeiro a linguagem se desenvolveu como um meio de expressar os pensamentos da humanidade e depois os gramáticos escreveram para expor as leis e princípios da língua com sua função de exprimir ideias.

Para quem deseja aprofundar-se é preciso estudar a sintaxe da gramática grega, dando principal relevo aos casos gregos e ao sistema verbal a fim de poder entender a estruturação da língua grega. Isto vale para o hebraico do Antigo Testamento.

Interpretar contextualmente. Deve ser mantido em mente a inclinação do pensamento de todo o documento. Então pode notar-se a "cor do pensamento", que cerca a passagem que está sendo

estudada. A divisão em versículos e capítulos facilita a procura e a leitura, mas não deve ser utilizada como guia para delimitação do pensamento do autor. Muito mal tem sido feita esta forma de divisão a uma honesta interpretação da Bíblia, pois dá a impressão de que cada versículo é uma entidade de pensamento separados dos versículos anteriores e posteriores.

Interpretar historicamente: o interprete deve descobrir as circunstâncias para um determinado escrito vir à existência. É necessário conhecer as maneiras, costumes, e psicologia do povo no meio do qual o escrito é produzido. A psicologia de uma pessoa inclui suas ideias de cronologia, seus métodos de registrar a história, seus usos de figura de linguagem e os tipos de literatura que usa para expressar seus pensamentos.

Interpretar de acordo com a analogia da Escritura. A Bíblia é sua própria intérprete. Diz o princípio hermenêutico. A bíblia deve ser usada como recurso para entender ela mesma. Uma interpretação bizarra que entra em choque com o ensino total da Bíblia está praticamente certa de estar no erro. Um conhecimento acurado do ponto de vista bíblico é a melhor ajuda.

9. O Procedimento Exegético

O procedimento errado. Ler o que muitos comentários dizem como sendo o significado da passagem e então aceitar a interpretação que mais agradece. Este procedimento é errado pelas seguintes razões.

Encoraja o intérprete a procurar interpretação que favorece a sua preconcepção.

Forma o hábito de simplesmente tentar lembrar-se das interpretações oferecidas. Isto para o iniciante, frequentemente resulta em confusão e ressentimento mental a respeito de toda a tarefa da exegese. Isto não é exegese, é outra forma de decorar e é muito desinteressante. O péssimo resultado e mais sério do "procedimento errado" na exegese é que próprio intérprete não pensa por si mesmo.

10. Procedimento Correto

O intérprete deve perguntar primeiro o que o autor diz e depois o que significa a declaração

Consultar os dicionários para encontrar o significado das palavras desconhecidas ou que não são familiares. É preciso tomar muito cuidado para não escolher o significado que convém ao intérprete apenas.

Depois de usar bons dicionários, uma ou mais gramáticas devem ser consultadas para entender a construção gramatical. No verbo, a voz, o modo e o tempo devem ser observado por causa da contribuição à ideia total.

O mesmo cuidado deve ser tomado com as outras classes gramaticais.

Tendo as análises léxicas, morfológica e sintática sido feitas, é preciso partir para análises de contexto e história a fim de que se tenha uma boa compreensão do texto e de seu significado primeiro e, 2.5. Com os passos anteriores bem dados, o interprete tem condições de extrair a teologia do

texto, bem como sua aplicação às necessidades pessoais dele, em primeiro lugar, e às dos ouvintes. Que o texto tem com a minha vida? Com os grandes desafios atuais?

11. O Uso de Instrumentos



O interprete deve manter em mente o clima teológico em que foram produzidos, porque isso afeta de maneira direta a interpretação das Escrituras. Um comentarista pode ser capaz, em certa media, de evitar "bias" (tendências) e permitir que o documento fale por si mesmo, mas sua ênfase nos vários pensamentos na passagem será afetada pela corrente de pensamento de seus dias. Os comentários principalmente os devocionais, tem a marca da desatualização.

12. Prefira os Comentários Críticos e Exegéticos

Uso de dicionário e gramáticas: e importante manter em mente a data da publicação. Todas as traduções de uma palavra devem ser avaliadas e não apenas tirar só o significado que interessa a nossa interpretação. Explore o recurso dos próprios sinônimos. Por exemplo a palavra pobre é tradução de duas palavras gregas. A primeira significa carente do supérfluo, que vive modestamente, com o necessário e a segunda, significa mendigo, desprovido de qualquer sustento. Na interpretação de Mateus 5.3 isto faz muita diferença!



V - UM EXAME DA EXEGESE

1. Intenção e Intencionalidade

Ao se praticar a exegese, trabalhamos com alguns procedimentos implícitos, velados. Nem sempre, ao interpretar, estamos conscientes dos mesmos. Um dos procedimentos implícitos é a vontade de saber, vontade que pode ser entendida, às vezes, como ideologia. Esse é o tema deste ensaio.

Como acontece em outros saberes e práticas do homem não procuramos pela origem e fundamentos de uma ação. Outras vezes, não nos interessa saber a origem, natureza de algo e se esse algo pode ser melhorado. Uma pessoa pode usar um aparelho durante muitos anos e nunca se perguntou como se faziam as coisas antes desse aparelho, como as pessoas se viravam. Ao hermenêutica um texto, nem sempre nos damos conta de regras implícitas, e, às vezes, nem mesmo das explícitas. Todo mundo que interpreta usa regras, conscientes ou não.

O teórico, aquele que busca o fundamento das coisas, que questiona, nem sempre é visto como sendo útil para a sociedade, mas ele tem utilidade. Um aperfeiçoamento, novo invento ou rejeição de algo vem pelo perguntar e aí se evidencia a utilidade do teórico. Às vezes, a única utilidade de um teórico é explicitar ou explicar e sistematizar uma prática, um saber que fazemos apenas por intuição.

Intencionalidade

A exegese como todo saber tem práticas implícitas e intuitivas. Neste texto quero abordar uma prática escondida que está por trás do procedimento interpretativo. Esta prática escondida talvez fosse melhor dita como prática não consciente, e que consiste no desconsiderar o momento originário do chamado "contexto original".

Interpretar é trabalhar com o conceito de intencionalidade, na busca de um "para quê". Isso quer dizer que aquilo que foi escrito tem um objetivo, um sentido, uma lição. Essa intencionalidade, no entanto, só é vista enquanto escrito pelo autor do livro, mas não no acontecimento. Não duvido que a motivação de todo autor, ao escrever um texto, é dizer algo. Se ele cria ou

narra, prescreve ou descreve, pouco importa, ele sempre leva em consideração uma utilidade que terá o seu escrito para alguém.

O alvo de toda interpretação é saber o lá e então em primeiro lugar. Isso é uma regra implícita e explícita em nossa hermenêutica atual. É a regra básica de todo procedimento hermenêutico. Saber como funcionou o texto para os leitores em suas necessidades em primeiro lugar, para depois descobrir como pode funcionar no contexto temporal do ouvinte hoje, é a tarefa que se coloca como primordial. Mas há, nessa tarefa, alguns elementos a serem considerados.

3. O Lugar do Intérprete

Essa busca do lá e então, é, na verdade, um segundo momento. A hermenêutica desiste de ser uma ortopraxia para percorrer um itinerário errante. A errância é o fazer da hermenêutica. Sendo assim, ela já não trabalha com e para a ortodoxia, sua função é a semioclastia. Ele (o intérprete) deve reconhecer que o erro será praticamente inevitável. Ele só poderá ser checado, diminuído, nunca eliminado.

Essa busca do lá e então, é, na verdade, um segundo momento interpretativo. Há algo que precede, no tempo e no texto, o escrito do texto. Portanto, o descobrimento

desse "lá" em primeiro lugar, é, em outras palavras, um cortar de caminho. Existe uma distância temporal entre o escrito e o acontecido; primeiro vem o acontecido, depois o escrito. Quando se interpreta, não se busca o acontecido, mas o escrito. Mas não teria importância hermenêutica prestar atenção ao acontecido? Acredito que sim. Falar uma coisa dessas é tão óbvio que parece ridículo, mas essa fraqueza é apenas aparente. Os hermeneutas, não precavidos disso,

tendem a interpretar o texto, como se o acontecido fosse concomitante ao texto, e que o fato foi produzido pelo autor, que o escritor lida com o fato em primeira mão, mas não é nada disso. O autor é um intérprete a posteriori de um fato. Isso que estou escrevendo nada tem de novo, já se fez isso antes da primeira metade desse século na busca do contexto acontecido.

Se eu trabalho o texto tentando descobrir o "lá", é certo que a comunidade leitora já influenciou no procedimento originador do texto. Isto é, o autor, ao trabalhar com seu texto, modelou- o segundo seus leitores e suas necessidades, pois que todo texto "serve" a algum propósito: confortar. consolar, admoestar. ensinar, edificar ou corrigir algo nos leitores. Essa é uma das

chaves para se descobrir porque, mesmo nos evangelhos sinóticos, um mesmo acontecido na vida de Jesus pode ter contextos, lugares, lições e personagens diferentes em cada autor.

Mas, se minha leitura começa com o "lá", meu começo não é originário, isto é, não começo onde deveria começar, pois aí, estou desconsiderando o acontecido. Todo acontecimento originador de um texto tem uma anterioridade e originalidade ao próprio texto. O que estou dizendo é que o fato é anterior ao texto, e não tem relação direta com este. Tem algo antes do "lá", do texto, que é anterior a ele e à comunidade leitora.

Agora, todo texto precisa ser lido em três contextos distintos: o meu, o da igreja leitora e o contexto de Jesus. Eu preciso levar em consideração isso também. Quem nos ajuda a ver a interpretação desse modo são os estudiosos intérpretes das parábolas. Eles, principalmente Dodd, Jeremias e Weissmann, chamam a atenção que as parábolas tiveram, inicialmente, um objetivo na fala de Jesus, e, entre a fala de Jesus e a leitura da comunidade, o autor deu uma nova interpretação ao fato. Algumas parábolas foram ditas em um determinado contexto e os autores colocaram as

parábolas em outro contexto, de acordo com a comunidade leitora.

Uma vez que o intérprete está consciente disso, achará que os autores dos evangelhos fizeram exatamente isso. Vendo as parábolas ou qualquer outro texto no ensino de Jesus, percebemos que os acontecimentos estão dispostos em locais diferentes e se dirigem a um público diferente. Uma hora o ensino se dirige aos inimigos, os fariseus, outra, porém, aos discípulos. Então, é a situação existencial da comunidade quem determina qual sentido o fenômeno em Jesus deve tomar.

Todo texto, portanto, passa a ser uma pregação escrita baseada em uma pregação oral. Isto quer dizer o seguinte: todo texto é pregado pelos escritores do Novo Testamento para os leitores originais a partir de uma pregação de Jesus. O acontecimento, na vida de Jesus, no entanto, nem sempre tem um "para quê"; esse "para quê", só acontece na vida dos escritores. Em outras palavras, isso pode ser explicado da seguinte forma: nem sempre um acontecido foi "provocado" por Jesus para que uma lição ou princípio fosse ensinado.

O que era mais comum na vida de Jesus era que as coisas aconteciam, independentemente de sua vontade, e, a partir desse acontecido alheio à sua vontade, aplicava um princípio ou ensino espiritual. Considere, só a título de exemplo, a cura do parálítico em Cafarnaum que foi baixado do teto pelos amigos (Mc. 2). Até aquele momento, Jesus estava ensinando - e o texto fala isso - qualquer coisa que nada tinha a ver com o que se segue. O novo evento lhe rouba a importância do “assunto ensino” que ele está ministrando até àquela hora.

Os amigos chegam, causam aquele transtorno e Jesus dá a palavra, primeiro ao parálítico, depois aos fariseus ali presentes. Nada foi provocado intencionalmente por Jesus, por isso a completa destituição de intencionalidade no evento. Não sabemos o que Jesus estava ensinando nem antes e nem o que ensinou depois desse evento.

Se alguma intencionalidade existe, existirá nos ensinamentos que eu chamaria de avulsos. São os ensinamentos em forma de discursos de Jesus que acontecem em alguns momentos do

seu ministério, por exemplo, no caso do sermão inicial do seu ministério em Mateus, ou o sermão aos discípulos acerca da parusia, no final de sua vida com os mesmos. Nesses momentos Jesus simplesmente começa a falar algo para seus discípulos não tendo como alavanca um acontecimento originador, é um ensino que não tem uma origem a não ser no desejo do próprio mestre.

Se o acontecimento não tem um "para quê", se ele simplesmente existe, se dá, a intencionalidade. é dada a posteriori. A intencionalidade já é uma hermenêutica no tempo presente acerca do acontecido. Todo fenômeno é causado, mas sua causação nem sempre depende dos circunstâncias ou de Jesus. Assim, o fenômeno está mais próximo do seu passado, ou seja, da situação original, que do seu futuro, isto é, a interpretação que o autor do livro deu ou dará, a partir do fenômeno para a comunidade leitora.

Quando o autor usa um fato para relacionar com o presente da comunidade, aí, sim, é dado a esse fato uma intencionalidade. Mas entre o escrito e o fenômeno não há causação, nem sequência, nem sequência entre

a necessidade da comunidade leitora e o fato na vida de Jesus. O escrito, portanto, é uma reinterpretação do fenômeno e essa interpretação é arbitrária - da própria vontade do autor - e condicionada, pois que um mesmo fato, que originalmente é único e “desintencional” é interpretado de várias formas por autores diferentes.

Toda interpretação já é uma mudança e um “ultrapassamento” da situação originadora. A falta de intenção do fato, por exemplo, quando Jesus, ao dormir no barquinho enquanto atravessavam o lago, houve a tempestade, ao ser interpretado, o autor coloca uma intencionalidade. Essa intencionalidade é o significado que é dado ao fenômeno, é a leitura de algo que originalmente não tinha significado.

É nesse sentido que o escrito é uma pregação escrita de uma pregação oral, mas que essa pregação também foi, em algum tempo, dramatizada pelo momento. Quando interpreto o

escrito, e não o fenômeno ou a situação original, o que estou fazendo é buscando uma intenção da intencionalidade do autor e não da intenção de Jesus. É até engraçado isso o que acontece com os intérpretes de todos os tempos. É Jesus o centro da vida do

intérprete e das comunidades ouvintes do intérprete, mas ao se fazer a interpretação de um texto, não se está preocupado com o contexto de Jesus inicialmente, mas com o do autor e dos leitores originais. O contexto de Jesus é anterior ao "lá", é originário. Esse "lá" diz respeito aos leitores originais e não ao de Jesus. Jesus sendo o personagem mais importante fica em posição secundária quando se começa pelo "lá" dos leitores, e não pelo de Jesus. Isso passa bem despercebido dos leitores de hoje e dos intérpretes. É uma prova de como as regras que nos impomos e que acatamos, nem sempre nos agradariam se pensássemos o que está por trás das mesmas.

4. Hermenêutica Como "Metainterpretação"

Quando interpreto, estou fazendo uma interpretação de uma interpretação. Minha exegese, tendo como base a comunidade leitora e não a comunidade ouvinte, está baseada na interpretação que o autor deu, e não aquilo que Jesus falou. Jesus já não fala, senão pelo autor. Quando prego, estou pregando uma repregação, pois que todo escrito é uma pregação do autor para alguma comunidade.

Quando interpreto ou prego, é a intencionalidade do escritor e não a intenção de Jesus. Meu trabalho está baseado na intencionalidade do autor, e não no fenômeno em si.

Mas isso não deve nos levar ao suicídio ou negação do nosso método de interpretação. Os autores, não precisamos pensar que foram mal intencionados, não estão querendo trair um fenômeno na vida de Jesus, eles queriam era apenas estender o acontecido em Jesus para a vida de seus leitores. Portanto, podemos crer que da parte deles, houve critério e seriedade na interpretação dos fenômenos. Eles mesmos falaram desse critério. Judas, Lucas e Paulo falaram isso.

Além disso, a 'presença do Espírito com eles, os orientou a fazer o que fizeram.

A interpretação das parábolas leva em consideração os dois contextos, o de Jesus e o das comunidades leitoras/autores, para ver como falam nos dois momentos. Sabendo como foi falada nos dois momentos, pode-se trabalhar com um terceiro contexto, o do intérprete. Mas isso não pode ficar restrito ao

exercício exegético das parábolas, qualquer texto, sendo uma narração, precisa levar em conta o contexto de Jesus, depois, o contexto dos leitores originais. Assim, se volta ao início do caminho.

Semelhantemente, da mesma forma que o autor nem sempre respeita a intenção e o contexto de Jesus e dos discípulos na escrita do texto, da mesma forma há como que uma independentização do texto em relação ao autor depois que este se fixa como texto literário. Vejamos outros autores falando sobre essa textualidade e independentização.

Assim que o texto foi escrito e saiu das mãos do autor, torna-se autônomo, inicia um caminho próprio. Salvo raras exceções, o autor não é mais capaz de defender o seu texto de incompreensões e equívocos... Expressões escritas tornam-se entidades autônomas, se bem que os textos podem vir acompanhados de auxílios extratextuais para a compreensão, por exemplo declarações do portador.

Da mesma maneira como o autor trabalhou de forma independente ao acontecer ao escrever seu texto, esse mesmo texto, como se tivesse vida própria, trilha seu próprio caminho. Naturalmente, isso deixa um caminho

aberto para que todo intérprete possa “dizer” qualquer coisa de qualquer texto.

Egger mesmo enfatiza que o texto não encerra um só sentido: “... os textos bíblicos não têm um significado fixo e acabado, mas escondem uma plenitude de potencialidades” (210). Dessa forma, o autor já não “pretende” algo com seu texto, a pretensão existe no intérprete, da mesma forma como o acontecimento originário não pretendia algo, simplesmente

acontecida. O autor, se pretendeu algo, pretendeu para os leitores originais “... não se afirma que o sentido literal é o que o autor humano inspirado pretende; é antes o que esse autor expressa”.

Sobre a auto existência do texto e sua independência. Os textos têm uma duração que independe da situação, segundo Weimar, os textos pertencem a duas situações separadas no tempo e têm duração independente da situação, são sempre presentes, são atemporais e acabados, um texto é presença coisificada de um passado, os textos são som e fala transformados em linhas escritas.

VI - A INTERPRETAÇÃO BÍBLICA – ONTEM E HOJE

Quando você está dirigindo um carro, precisa ficar atento a toda a sinalização rodoviária. Algumas placas servem para advertir: “Saliência ou Lombada” ou “Pista Irregular”. Outras mostram a direção: “Siga em Frente ou Vire à Esquerda”, “Proibido Virar à Direita” ou ainda “Mão Única”. Já outras placas são meramente informativas, a saber, “80 km – Velocidade Máxima Permitida” ou “Proibido Estacionar”.

De forma semelhante, o entendimento de como pessoas e grupos interpretavam a Bíblia antigamente pode funcionar para nós como uma espécie de sinalização, advertindo, conduzindo e informando.

Como placa de advertência, o estudo da história da interpretação bíblica pode ajudar-nos a enxergar os erros que os outros cometeram no passado e suas consequências, alertando-nos assim para evitarmos que

se repitam. Nas palavras de Mickelsen: “A história mostra que a utilização de princípios errados prejudicou o trabalho exegético de grandes homens, alguns dos quais foram santos extraordinários. Este fato deve servir de alerta para nós contra a interpretação descuidada. Temos ainda menos desculpas pelo fato de podermos aprender com as lições do passado”.

Como placa que indica a direção, o conhecimento de algo da evolução da interpretação bíblica ao longo dos séculos pode ajudar-nos a perceber a importância das interpretações corretas e o que implicam. Como placa informativa, a história da hermenêutica ajuda-nos a entender como certas questões de interpretação surgiram e o modo como foram abordadas no passado. Ela nos informa como chegamos ao nível de compreensão da Bíblia.

Como veremos mais adiante neste capítulo, no decorrer dos séculos os estudantes das Escrituras adotaram várias

perspectivas: literal, alegórica, tradicional, racionalista e subjetiva.

1. Esdras e os Escribas

Quando os judeus retornaram do exílio na Babilônia, tudo indica que falavam aramaico, e não hebraico. Consequentemente, quando Esdras, o escriba (Ne. 8.1, 4, 13; 12.36), leu a lei (Ne. 8.3), os levitas tiveram de traduzir do hebraico para o aramaico. Talvez seja este o sentido de “claramente”. O termo hebraico *pāras* significa “tornar claro” ou “interpretar”, e provavelmente o sentido aqui é “traduzir”. Além disso, os levitas “expunham o significado” enquanto circulavam entre o povo, ou seja, explicavam, interpretavam a lei “de maneira que entendessem o que se lia”.

Desde Esdras até Cristo, os escribas não só ensinavam as Escrituras, mas também as copiavam. Eles tinham grande reverência pelos textos do Antigo Testamento, mas essa veneração logo caiu no exagero. Por exemplo, o Rabino Akiba (50? -132 d.C), líder de uma escola para rabinos em Jaffa, na Palestina, “afirmava que toda repetição, figura, paralelismo, sinonímia, palavra, letra, partícula, pleonasma e, ainda como cada fibra da asa de uma mosca ou da perna de uma formiga tem sua importância curiosa”. Akiba ensinava que

“assim como o martelo que trabalha ao fogo provoca muitas fagulhas, cada versículo das Escrituras possui muitas explicações”. Ele asseverava que cada monossílabo do texto bíblico tinha vários significados. Havendo um “e” ou um “também” a mais, ou ainda uma flexão, sempre devem merecer interpretação especial. Se 2 Reis 2.14 diz que Eliseu “Também [...] bateu nas águas” [PIB], é sinal que Eliseu fez mais milagres no Jordão do que Elias. Quando Davi afirma “o teu servo matou também o leão, também o urso”, o significado (pela regra de inclusão sobre inclusão) é que ele tinha matado pelo menos três animais.

Quando se lê que Deus visitou Sara, isso quer dizer que [...] ele [também] visitou outras mulheres estéreis.

2. Hillel e Shammai

O Rabino Hillel (70 a.C.?–10 d.C?) foi um líder proeminente entre os judeus da Palestina. Nascido na Babilônia fundou uma escola em Jerusalém que levou seu nome. Ele era conhecido por sua humildade e seu amor. Hillel dividiu em seis tópicos as diversas regras

que se desenvolveram entre os judeus acerca dos 613 mandamentos da lei mosaica.

Shammai, da mesma época que Hillel, diferia dele tanto no que se refere à personalidade quanto à hermenêutica. Indivíduo de temperamento violento, interpretava a lei com rigor. Os ensinamentos desses dois rabinos quase sempre se contrapunham. Após a queda de Jerusalém em 70 d.C., a escola de Hillel ganhou fama, ao passo que a de Shammai foi perdendo importância e influência.

3. A Alegorização Judaica

Alegorizar é procurar um sentido oculto ou obscuro que se acha por trás do significado mais evidente do texto, mas lhe está distante e na verdade dissociado. Em outras palavras, o sentido literal é uma espécie de código que precisa ser decifrado para revelar o sentido mais importante e oculto. Segundo este método, o literal é superficial, e o alegórico é que apresenta o verdadeiro significado.

A alegorização judaica sofreu influências da alegorização grega. Os filósofos gregos, ao mesmo tempo em que admiravam os antigos escritos gregos

Homero (século IX a.C.) e de Hesíodo (século VIII a.C.), ficavam constrangidos com o comportamento imoral e com os antropomorfismos dos

deuses imaginários da mitologia grega constantes naquela literatura. Por exemplo, Fedra apaixonou-se por seu enteado Hipólito. Zeus teve de derrotar Tífon, de três cabeças. E Ares, o deus grego da guerra, tinha prazer nas matanças. Como os filósofos gregos podiam louvar essa literatura e ao mesmo tempo aceitar seus elementos “fantasiosos, grotescos, disparatados ou imorais?”

A solução que os filósofos adotaram para contornar o problema foi alegorizar as histórias, procurando sentidos ocultos sob o texto literal. Teógenes de Régio, que viveu por volta de 520 a.C., pode ter sido o primeiro filósofo grego a alegorizar Homero. Outra teoria sobre o primeiro filósofo a alegorizar Homero é Ferecides de Siros, do século VII a.C.

O método da alegorização permitiu que os filósofos gregos que surgiram mais tarde, tais como os estóicos, Quêremon e Cleanto, impulsionavam suas idéias ao

mesmo tempo em que se proclamavam fiéis aos escritos antigos. Eles podiam divulgar seus próprios ensinamentos sob o pretexto de alegorizar a mitologia de Homero e de Hesíodo. Assim sendo, os escritores gregos valiam-se de alegorias com fins explicativos, para que os poetas gregos não fossem ridicularizados. Os judeus de Alexandria, no Egito, foram influenciados pela filosofia grega. Mas também tinham um problema a resolver: como podiam aceitar o Antigo Testamento e também a filosofia grega, especialmente a de Platão? A solução foi a mesma encontrada pelos filósofos gregos: alegorizar o Antigo Testamento. Os judeus alexandrinos preocupavam-se com os antropomorfismos e as imoralidades do Antigo Testamento, da mesma forma que os filósofos gregos ficavam constrangidos com esses elementos em Homero e em Hesíodo. Como havia muitos gregos em Alexandria, os judeus foram logo influenciados e prontamente adotaram a alegorização do Antigo Testamento. Assim, poderiam conviver tanto com este quanto com a filosofia grega. Eles também viam a questão como uma forma de justificativa, uma maneira de defender o Antigo Testamento perante os gregos.



A versão dos Septuaginta – tradução grega do Antigo Testamento feita em Alexandria cerca de 200 anos antes de Cristo – procurou remover deliberadamente os antropomorfismos de Deus. Por exemplo, ela traduz “O Senhor é o homem de guerra”, de Êxodo 15.3, em hebraico, por “o Senhor esmaga as guerras”. “A forma do Senhor”, em Números 12.8, é traduzida do hebraico por “a glória do Senhor”. A Septuaginta traduz Êxodo 32.14, “Então se arrependeu o Senhor do mal...” por “então o Senhor se compadeceu”.

Existem dois nomes de relevo na alegorização judaica de Alexandria: Aristóbulo e Filo. Aristóbulo, que viveu por volta de 160 a.C., acreditava que a filosofia grega estava baseada no Antigo Testamento e que aqueles ensinamentos só podiam ser desvendados mediante alegorização.

A Epístola de Aristéias, escrita por um judeu alexandrino aproximadamente no ano 100 a.C., ilustra a alegorização judaica. Ela afirma que as leis dietéticas realmente ensinavam várias formas de discriminação de certos animais simboliza a mediação sobre a vida e a existência.

Filo (c. 20 a.C.-c. 54 d.C.) é o alegorista judeu-alexandrino mais famoso. Ele também sofreu influência da filosofia grega, mas, como era um judeu devoto, procurou defender o Antigo Testamento contra os gregos e, muito mais ainda, contra seus companheiros judeus. Seu desejo de evitar contradições e blasfêmias levou-o a alegorizar o Antigo Testamento, em vez de seguir sempre um método literal de interpretação. Filo disse que a alegorização é necessária para evitar as declarações aparentemente impróprias de Deus ou as afirmações aparentemente contraditórias do Antigo Testamento. Disse também que a alegorização faz-se necessária quando a própria passagem indica que se trata de uma alegoria.

Filo ensinava que Sara e Hagar representam a virtude e a cultura, e Jacó e Esaú, a prudência e a insensatez; que o episódio em que Jacó se deitou e apoiou a cabeça numa pedra simboliza a autodisciplina da alma e o candelabro e sete hastes que havia no tabernáculo e no templo represente planetas.

Filo, porém, não descartou totalmente o significado literal das Escrituras. E ainda disse que este

correspondia ao nível mais imaturo de entendimento, correspondente ao corpo, ao passo que o significado alegórico era para o maduro, correspondente à alma.

Alguns judeus tornaram-se ascéticos e formaram comunidades fechadas, como a dos assênios de Qumran, perto do Mar Morto. Eles copiavam as Escrituras e escreviam comentários sobre alguns livros do Antigo Testamento. Eles também sofreram influência da alegorização. No comentário redigido em Qumran sobre Habacuque 2.17, lê-se: “Líbano aqui representa o Conselho Comunitário, e ‘animais ferozes’, os judeus simples de espírito que cumprem a lei”.

4. Os Pais da Igreja Primitiva

Pouco se sabe sobre a hermenêutica dos primeiros pais da igreja, daqueles que vieram no século I d.C. Mas sabe-se que em seus escritos proliferavam as citações do Antigo Testamento e que este deixava prever a Cristo.

Clemente de Roma viveu por volta de 30 a 95 d.C. Ele fazia muitas citações detalhadas do Antigo Testamento.

Citava também o Novo Testamento com freqüência, visando a reforçar suas próprias exortações.

Inácio de Antioquia da Síria, (c. 35-107) escreveu sete cartas endereçadas a Roma, nas quais fazia constantes alusões ao Antigo Testamento e salientava a figura de Jesus Cristo. Policarpo de Esmirna (70-155) também fez diversas citações do Antigo e do Novo Testamento em sua Epístola aos Filipenses.

A Epístola de Barnabé cita o Antigo Testamento 119 vezes. Também utiliza alegorias constantes. Exemplo clássico é a menção que Barnabé faz dos 318 servos de Abraão (Gn. 14.14). Ele afirmou que existem três letras gregas que representam o número 318 e que cada uma tem um significado. A letra grega t equivale a 300 e representa a cruz; as letras i e equivalem a 10 e 8 respectivamente, e são as primeiras duas letras de Iêsous (Jesus, em grego). Portanto, os 318 servos representam Jesus na cruz. Barnabé escreveu: “Deus sabe que nunca ensinei a ninguém nada mais verdadeiro, e acredito que sois dignos disso”. Esta prática de atribuir significado aos números é conhecida como gematria.

As outras interpretações de barnabé são um pouco forçadas. Por exemplo, ele disse que aquela frase de Salmos 1.3, “Ele é como árvore plantada junto a corrente de águas”, fala do batismo e da cruz. O fato de a folhagem não murchar indica que o justo haverá de trazer provisões e esperança para muitas pessoas.

A partir do exemplo desses pais da igreja primitiva, fica evidenciado que, apesar do fato de terem tido um bom começo, logo foram influenciados pela alegorizarão. Mesmo assim, entendiam que o Antigo Testamento continha muitos tipos que falavam de Jesus Cristo.

Justino Mártir (c. 100-164) fazia muitas citações das Escrituras em suas obras, quase sempre com o objetivo de mostrar que o Antigo Testamento prenunciava Cristo. Justino afirmava que Lia representava os judeus, Raquel simboliza a igreja e Jacó é Cristo, que serve a ambos. A atitude de Arão e Hur de sustentar as mãos de Moisés simboliza a cruz. Justino afirmava que o Antigo Testamento era pertinente, aos cristãos, mas essa pertinência, dizia ele, era percebida por meio da alegorizarão.

Em seu Diálogo com Trífon, ele contestou Marcião, escritor da época da igreja primitiva que não aceita o Antigo Testamento e acreditava que este não tinha a menor

aplicabilidade para os cristãos modernos. Marcião sustentava que nem a alegorizarão conseguia tornar-lhe aplicável.

Ireneu morou em Esmirna (hoje parte da Turquia) e em Lião (hoje na França). Ele viveu de 130 a 202 aproximadamente. Contrapondo-se aos gnósticos e às suas interpretações fantasiosas, Ireneu ressaltou, em sua obra *Contra Heresias*, que a Bíblia deve ser entendida de acordo com seu sentido óbvio, verdadeiro. Fazendo frente a outros hereges, como os valentinianos e os seguidores de Marcião, que rejeitavam o Antigo Testamento, Ireneu frisou que este é aceitável para os cristãos porque está repleto de tipos. Em certos casos, entretanto, a tipologia por ele desenvolvida chegava às raias da alegoria. Ele afirmou, por exemplo, que os três espias (e não dois!) que Raabe escondeu representavam Deus Pai, Deus Folho e Deus Espírito Santo. Nos cinco volumes de sua obra *A Refutação da Falsa Gnose*, ele acusa seus adversários de cometerem

dois erros. Primeiro, eles deixaram de lado a ordem e o contexto das passagens bíblicas, tomando passagens e palavras isoladas e interpretando-as tendo em mente suas próprias teorias. Segundo, acusou os valentinianos de interpretarem passagens claras, evidentes, pelo prisma da obscuridade. Ireneu assinalou que uma afirmação ambígua nas Escrituras não deve ser explicada a partir de outra afirmação ambígua.

Em seu entender, o único método correto de interpretação é o da fé, preservada nas igrejas mediante a sucessão apostólica. Ele costumava apelar para a tradição, dizendo que a exposição autêntica das Escrituras precisava ser aprendida com os anciãos, que podiam considerar-se participantes da sucessão apostólica.

Tertuliano de Cartago (c. 160-200) afirmou que as Escrituras são propriedade da igreja. A solução para a heresia é “a regra de fé”, ou seja, os ensinamentos ortodoxos sustentados pela igreja. Tertuliano acreditava que as passagens bíblicas tinham de ser vistas de acordo com o sentido original, interpretadas segundo o contexto em que

foram enunciadas ou escritas. Contudo, à semelhança do que ocorreu com Ireneu, sua tipologia beirou a alegorização. O quadro de Gênesis 1.2, do Espírito pairando sobre as águas, simboliza o batismo, e Cristo estava ensinando por meio de símbolos quando disse a Pedro que embainhasse a espada.

Tertuliano reprova os gnósticos por sua alegorização, no entanto recorria a esse estilo sempre que lhe convinha. Os 12 apóstolos são simbolizados pelas 12 fontes de águas de Elim, pelas 12 pedras preciosas que o sacerdote levava no peitoral e pelas 12 pedras tiradas do rio Jordão.

Podemos fazer três observações sobre esses três apologistas: Justino, Ireneu e Tertuliano: O estilo alegórico assumiu um caráter apologético, da mesma forma que sucedera no caso dos filósofos gregos e dos judeus alexandrinos. Tais homens achavam que os problemas do Antigo Testamento eram prontamente resolvidos pela alegorização. A tipologia logo pendeu para a alegorização. A autoridade da igreja foi usada para combater as heresias. Sem saber, esses

apologistas acabaram abrindo caminho para que a tradição da igreja ganhasse maior autoridade, e essa perspectiva predominou durante séculos na Idade Média.

5. Os Pais Alexandrinos e Antioquinos

Duas escolas de pensamento surgiram cerca de 200 anos depois de Cristo. Eram escolas de concepções hermenêuticas que tiveram forte impacto sobre a igreja nos séculos posteriores.

6. Os Pais Alexandrinos

Panteno, falecido por volta de 190, é o mais antigo mestre da Escola Catequética de Alexandria, no Egito, de que se tem notícia. Ele foi professor de Clemente (não confundi-lo com Clemente de Roma, mencionado anteriormente).

Não é de admirar que Clemente (155-216), morador de Alexandria, tivesse sido influenciado pelo alegorista judeu Filo. Clemente ensinava que todas as Escrituras utilizam uma linguagem simbólica misteriosa. Um dos

motivos disso é que servia para despertar a curiosidade dos leitores, e outro erra que as Escrituras não deviam ser entendidas por todos.

Clemente afirmou que qualquer passagem da Bíblia pode ter cinco significados: a) histórico (as histórias bíblicas);

b) doutrinário, com ensinamentos morais e teológicos;

c) profético, que inclui tipos e profecias; d) filosófico (alegorias com personagens históricas, como Sara, que simbolizava a verdadeira sabedoria, e Hagar, que representava a filosofia e pagã); e) místico (verdades morais e espirituais).

Em sua excessiva alegorização, Clemente ensinava que as proibições mosaicas de comer porco, falcão, águia e corvo (Lv. 11.7, 13-19) representavam respectivamente a ânsia impura pela comida, a injustiça, o roubo e a cobiça. No episódio em que 5 000 pessoas foram alimentadas (Lc. 9.10- 17), os dois peixes simbolizam a filosofia grega (As Miscelâneas, 6.11).

Orígenes (c. 185-254) era homem muito culto e de grande magnetismo. Abordar das Escrituras, elaborou os Hexapla – obra em que o texto hebraico e mais cinco versões gregas do Antigo Testamento ficavam dispostos em seis colunas paralelas. Esse trabalho imensurável

consumiu cerca de 28 anos. Ele escreveu uma série de comentários e homilias sobre grande parte da Bíblia, e também redigiu vários trabalhos apologéticos, entre eles *Contra Celso* e *De Principiis*. Neste último, ressaltou que, como a Bíblia está de enigmas, parábolas, afirmações de sentido obscuro e problemas morais, o sentido só pode ser encontrado num nível mais profundo. Esses problemas incluem a existência de dias em Gênesis 1 antes de o Sol e a Lua terem sido criados, o fato de Deus caminhar pelo jardim do Éden, outros antropomorfismos como a face de Deus e problemas morais como a incesto de Ló, a poligamia de Jacó e a sedução de

Judá por Tamar, entre outros. Valendo-se de suas alegorias, Orígenes rebateu prontamente estas e outras questões que os inimigos do Evangelho usavam para atacar o cristianismo. Alias, ele afirmou que as próprias Escritas exigem que o intérprete empregue o método alegórico (*De Principiis*, 4.2.49; 4.3.1). Ele via um sentido triplo nos textos bíblicos: literal, moral e espiritual/alegórico. Tal concepção estava fundamentada na tradução da Septuaginta de Provérbios 22.20, 21: “Registra-as três vezes [...] para

que possas responder com palavras de verdade”. Esse sentido triplo também é sugerido em 1 Tessalonicenses 5.23 pelo corpo (literal), pela alma (mortal) e pelo espírito (alegórico). Na realidade ele costumava enfatizar só dois sentidos: o literal e o espiritual (a “letra” e o “espírito”). Todos os textos bíblicos tem significado espiritual, afirmava, mas nem todos possuem significado literal.

Mediante a alegorizarão, Orígenes ensinava que arca de Noé simbolizava a igreja e que Noé simbolizava Cristo. O episódio em que Rebeca tirou água do poço para os servos de Abraão significa que devemos recorrer diariamente às Escrituras para ter um encontro com Cristo. Na entrada triunfal de Jesus, a jumenta representava o Antigo Testamento, o jumentinho o Novo Testamento e os dois apóstolos os aspectos moral e místico das Escrituras.

Orígenes desconsiderou a tal ponto o sentido literal e normal das Escrituras, que seu estilo alegórico passou a ser caracterizado por um exagero incomum. Como disse certo autor, era “fantasia desmedida”.

7. Os Pais Antioquinos

Percebendo o crescente abandono do sentido literal das Escrituras por parte dos pais alexandrinos, vários líderes da

igreja em Antioquia da Síria sublinharam a interpretação histórica, literal. Eles incentivaram o estudo das línguas bíblicas originais (hebraico e grego) e redigiram comentários sobre as Escrituras. O elo entre o Antigo e Novo Testamento era a tipologia e as profecias em vez da alegorização. Para eles, a interpretação literal incluía a linguagem figurada.

Doroteu, com seus ensinamentos, ajudou a abrir caminho para a instituição da escola em Antioquia da Síria. Luciano (c.240-312) foi o fundador da escola antioquina.

Diodoro, também da escola antioquina, elaborou a obra *Que Diferença Há entre Teoria e Alegoria?*. Ele empregou a palavra teoria em referência ao sentido autêntico do texto que, conforme disse, contem tanto

metáforas quanto afirmações explícitas. Foi ele o mestre de dois outros pais antioquinos famosos: Teodoro da Mopsuéstia e João Crisóstomo. Conta-se que Teodoro da Mopsuéstia foi o maior intérprete da Escola de Antioquia. No último de seus cinco livros, *Da Alegoria e História Contra Orígenes*, ele pergunta: “Se Adão não era de fato Adão, como a morte foi introduzida na raça humana?”. Apesar de Teodoro contestar a canonicidade de vários livros da Bíblia, é conhecido como o príncipe da exegese primitiva. Gilbert escreveu: “O comentário de Teodoro [de Mopsuéstia] sobre as epístolas menores de Paulo é o primeiro e praticamente o último trabalho exegético elaborado na igreja primitiva a ter qualquer semelhança com os comentários modernos”.

João Crisóstomo (c. 354-407) era arcebispo de Constantinopla. Suas mais de 600 homilias – que consistem em discursos expositivos de aplicação prática – levaram certo autor a afirmar: “Crisóstomo é indubitavelmente o maior comentarista dentre os primeiros pais da igreja”. Suas obras contêm cerca de 7 000 citações do Antigo Testamento e em torno de 11 000 do Novo.

Teodoreto (386-458) escreveu comentários sobre a maioria dos livros do Antigo Testamento e sobre as epístolas

de Paulo. Seus comentários, segundo Terry, “encontram-se entre os melhores exemplares da exegese primitiva”.

8. Os Pais da Igreja Dos Séculos V e VI

Sete nomes destacam-se entre os pais da igreja dos séculos V e VI, em bora Jerônimo e Agostinho sejam os mais conhecidos.

Jerônimo (c. 347-419) começou adotando a alegorizarão de Orígenes. Sua primeira obra exegética, Comentário sobre Obadias, foi alegórica. Posteriormente, porém, assumiu um estilo mais literal, depois de ter sido influenciado pela escola antioquina e pelos mestres judeus. O último comentário que escreveu foi sobre Jeremias e seguia a linha literal. Mas ele acreditava que um sentido mais profundo das Escrituras poderia ser desvendado a partir do sentido literal. Ou, quando este

não era nada edificante, ele o descartava. Foi por isso que alegorizou a história de Judá e Tamar (Gn. 38).

Depois de muito viajar, fixou-se em Belém, em 386 d.C. Em clausura, escreveu comentários sobre a maioria dos livros da Bíblia e traduziu-a para o latim. Essa tradução – a Vulgata

– foi sem sombra de dúvida sua maior obra.

Como já foi dito, Tertuliano ajudou a abrir o caminho para a autoridade e para a tradição da igreja. Vicente, que faleceu antes de 450, adotou esse destaque e conferiu-lhe uma clareza ainda maior. Em seu *Commonitorium* (434 d.C.), ele diz que as Escrituras conheceram sua exposição definitiva na igreja primitiva. “A linha de interpretação dos profetas e apóstolos precisa seguir a norma dos sentidos eclesiásticos e católico”. A referida “norma” incluía as decisões dos conselhos eclesiásticos e as interpretações dos pais. Sua autoridade hermenêutica era: “O que sempre foi crido por todos, em toda a parte”. Assim sendo, os três testes para verificar o sentido de uma passagem baseavam-se na universalidade, na idade do texto e no bom senso.

Agostinho (354-430) foi um teólogo proeminente que exerceu grande influência na igreja durante séculos. No início era maniqueísta. O movimento maniqueísta, que começou no século III d.C., desmerecia o cristianismo ressaltando os antropomorfismos absurdos do Antigo Testamento. Essa perspectiva dificultava seu entendimento do Antigo Testamento. A tensão foi resolvida, no entanto, quando ele ouviu Ambrósio na catedral de Milão, na Itália. Ambrósio tinha o hábito de citar 2 Coríntios 3.6: "...a letra mata, mas o Espírito vivifica". Foi assim que Agostinho adotou o estilo alegórico como forma de solucionar os problemas do Antigo Testamento.

Em sua obra *De Doutrina Christiana*, escrita em 397, ele salienta a forma de descobrir se uma passagem tem sentido alegórico (e a maneira de se resolverem problemas de exegese) é consultar "a regra da fé", ou seja, o ensinamento da igreja e da própria Escritura. Contudo, nessa mesma obra Agostinho desenvolveu o princípio da "alegoria da fé", segundo o qual nenhuma das Escrituras. No terceiro volume de *De Doctrina Christiana*, ele apresenta sete regras de interpretação,

mediante as quais procura criar um fundamento racional para a alegorização. São elas:

“O Senhor e seu corpo”. As referências a Cristo quase sempre também se aplicam a seu corpo, a igreja.

“A divisão em dois feita pelo Senhor ou mistura que existe na igreja”. A igreja pode conter tanto hipócritas quanto cristãos genuínos, representados pelos peixes bons e maus apanhados na rede (Mt. 13.47,48).

“Promessas e a lei”. Algumas passagens estão relacionadas com a graça e outras com a lei; algumas ao Espírito, outras à letra; algumas às obras, outras à fé.

“Espécie e gênero”. Certas passagens dizem respeito às partes (espécie), enquanto outras referem-se ao todo (gênero). Os cristãos israelitas, por exemplo, são uma espécie uma espécie (uma parte) dentro de um gênero, a igreja, que é o Israel espiritual.

“Tempos”. Discrepâncias aparentes podem ser resolvidas inserindo uma afirmação em outra. Por exemplo, a versão de um dos evangelhos de que a Transfiguração ocorreu seis dias após o episódio em Cesárea de Felipe insere-se dentro da versão de outro evangelho, que registra oito dias. E o significado dos

números quase nunca é o matemático exato, mas sim o de ordem de grandeza.

“Recapitulação”. Algumas passagens difíceis podem ser explicadas quando vistas como referindo-se a um relato anterior. O segundo relato sobre a Criação, e Gênesis 2, é entendido como uma recapitulação do primeiro relato, em Gênesis 1, não como uma contradição a ele.

“O diabo e seu corpo”. Algumas passagens que falam do diabo, como Isaías 14, estão mais relacionadas a seu corpo, isto é, a seus seguidores.

Segundo o sistema de interpretação bíblica de Agostinho, o grande teste para saber se uma passagem tem sentido alegórico é o do amor. Se a interpretação literal indica dissensão, o texto deve ser alegorizado. Ele salientou que a função do expositor é desvendar o sentido das Escrituras, e não lhes atribuir sentido. Mas ele incorreu justamente no erro que contestava, pois afirmou que “o texto bíblico possui mais de um sentido, o que justifica o método alegórico”. O sistema de alegorização de Agostinho ensinava que os quatro rios de Gênesis 2.10-14 eram quatro virtudes fundamentais e que, no episódio da Queda, as folhas de figueira representavam a hipocrisia e o cobrir a carne, a

mortalidade (3.7, 21). A embriaguez de Noé (Gn. 9.20-23) simbolizava o sofrimento e a morte de Cristo. Os dentes da sulamita, em Cantares 4.2, simbolizavam a igreja “arrancando os homens da heresia”.

João Cassiano (c. 360-435) era um monge da Cítia (a atual Romênia). Ele pregava que a Bíblia tinha um sentido quádruplo: histórico, alegórico, tropológico e anagógico. Com “tropológico”, ele se referia ao sentido moral. O termo grego tropē, que significa “desvio”, indica que uma palavra adquire sentido moral. Com “anagógico”, referia-se a um significado

oculto, celestial, do grego anagein, que se traduz por “fazer subir”.

Cassino compôs a cantiga de quatro versos que se tornou famosa ao longo de toda a Idade Média:

Segundo esse método, Jerusalém pode ter quatro significados: historicamente, a cidade dos Judeus; alegoricamente, a igreja de Cristo; tropologicamente (ou moralmente), a alma humana anagógicamente, a cidade celestial.

Euquério de Lião, que morreu por volta de 450, tentou provar em seu livro *As regras da Interpretação Alegórica*

a presença de linguagem simbólica nas Escrituras. Ele defendia seu modo de ver argumentando que, da mesma forma que não se jogam pérolas aos porcos, as verdades bíblicas são verdades às pessoas não-espirituais. Portanto, os antropomorfismos auxiliam os leigos, mas existem outros indivíduos que consegue enxergar além, percebendo os significados mais profundos das Escrituras. Mas além, percebendo os significados mais profundos das Escrituras. Mas Euquério também percebia nas Escrituras uma “discussão histórica”, isto é, um sentido literal.

Adriano de Antioquia elaborou um manual de interpretação chamado Introdução às Sagradas Escrituras, por volta de 425

d.C. Nesse trabalho, ele afirma que os antropomorfismos não devem ser interpretados ao pé da letra. Tratou também de expressões metafóricas e estilos de retórica. Ressaltou que o literalismo é um processo primário e que os intérpretes da Bíblia precisam transcender o entendimento literal para atingirem os significados mais profundos.

Junílio redigiu um manual de interpretação intitulado As regras da Lei Divina, em 550 aproximadamente. Ele

afirmou que a fé e a razão não são pólos opostos. À semelhança de Adriano, declarou que a interpretação da Bíblia deve partir da análise gramatical, mas não pode limitar-se a ela.

Ele via quatro espécies de tipos nas Escrituras, as quais podem ser ilustradas com os seguintes exemplos: a

ressurreição de Cristo é um alegre tipo de nossa alegre ascensão futura; triste queda de Satanás é tipo da nossa triste queda; a triste queda de Adão é tipo (por contraste) da alegre justiça de nosso Salvador e a alegria do batismo é tipo da tristeza d morte do Senhor.

A partir do exemplo desses pais da igreja do séculos V e VI, fica evidente que Jerônimo, Vicente e Agostinho abriram caminho para as duas tendências que haveriam de durar mais de mil anos; a alegorização e a autoridade da igreja. Cassiano, Euquério, Adriano e Junílio apoiaram-se no método alegórico de Agostinho, fortalecendo assim tal método de interpretação bíblica para que pudesse durante os séculos seguintes da Idade Média.

9. A Idade Média

“A Idade Média foi um deserto vasto tocante à interpretação bíblica”. “Não houve concepções novas e criativas acerca das Escrituras”. A tradição da igreja ocupava lugar de relevo, juntamente com a alegorização das Escrituras.

Na Idade Média, era comum o emprego de encadeamentos – cadeias de interpretações formadas a partir dos comentários dos pais da igreja. A maior parte dos encadeamentos medievais estava baseada nos pais latinos Ambrósio, Hilário, Agostinho e Jerônimo.

Normalmente, o início da Idade Média é associado a Gregório, o Grande (540-604). Que foi o primeiro papa da igreja Católica Romana. Ele fundamentava suas interpretações da Bíblia nos pais da igreja. Não é de surpreender que tenha defendido a alegorização nos seguintes termos: “Que são palavras da verdade se não fizermos delas alimento para a alma? [...] A alegoria equipa a alma que está longe de Deus, alçando-a até ele” (Exposição Sobre Cantares). Velamos alguns exemplos de sua alegorização: no livro de Jó, os três amigos são os hereges, os sete filhos de Jó são os 12

apóstolos, as 7000 ovelhas são pensamentos inocentes, os 3 000 camelos são as

concepções vãs, as 500 juntas de bois são virtudes e os 500 jumentos são tendências lascivas.

Beda, o Venerável (673-734) teólogo anglo-saxão, escreveu comentários que, em grande parte, eram compilações dos trabalhos de Ambrósio, Basílio e Agostinho; além disso, tinham forte caráter alegórico. Segundo o entender de Beda, na parábola do filho pródigo, o filho representava a filosofia mundana, o pai simbolizava Cristo e a casa do pai era a igreja.

Alcuíno (735-804), de Iorque, na Inglaterra, também adotou o sistema alegórico. No comentário que elaborou sobre João, ele seguiu os passos de Beda e reuniu os comentários de Agostinho e Ambrósio, entre outros.

Rabano Mauro foi aluno de Alcuíno e redigiu comentários sobre todos os livros da Bíblia. Valendo-se da alegorização, escreveu que as quatro rodas da visão de Ezequiel representavam a lei, os profetas, os evangelhos e os apóstolos. O significado histórico da Bíblia é leite, o alegórico é pão, o anagógico é alimento saboroso e tropológico é vinho que alegra.

Rashi (1040-1105) foi um literalista judeu da Idade Média que exerceu grande influência sobre as interpretações judaica e cristã, dada a ênfase que colocava na gramática e na sintaxe do hebraico. Ele elaborou comentários sobre o Antigo Testamento inteiro, à exceção de Jó e Crônicas. Afirmou que “o sentido literal precisa ser conservado, a despeito de como passa afetar o sentido tradicional”. A denominação “Rashi” foi tirada das primeiras letras de seu nome: Rabino Shilomo [Salomão] bar [filho de] Isaque.

Três autores da Abadia de São Vitor, em Paris, adquiriram o mesmo interesse de Rashi pelo aspecto histórico e literal das Escrituras foi uma luz brilhante na Idade Média. André discordava de Jerônimo, que afirmava que a primeira parte de Jeremias 1.5 falava de Jeremias, mas a última parte do versículo falava de Paulo. André disse: “Que tem isso que ver co Paulo?”. Ricardo, por sua vez,

preocupou-se mais com o aspecto místico da Bíblia do que os outros dois.

Bernardo de Claraval (1090-1153) foi um monge proeminente que elaborou inúmeros trabalhos, dentre os

quais figuram 86 sermões apenas sobre os dois primeiros capítulos de Cantares! Sua forma de interpretar a Bíblia caracterizava-se por uma alegorização e um misticismo exagerados. Um exemplo disso é que as virgens de Cantares

1.3 eram anjos, e as duas espadas em Lucas 22.38 representavam os aspectos espiritual (o clero) e material (imperador).

Joaquim de Flora (1132-1202), monge beneditino, escreveu que a época desde a Criação até Cristo foi a era de Deus Pai, que a segunda era (de Cristo até o ano 1260) foi a de Deus Filho, representada pelo Novo Testamento, e que a era futura (a começar em 1260) seria a do Espírito Santo. Joaquim também escreveu uma harmonia dos evangelhos e elaborou comentários sobre diversos profetas.

Stephen Langton (c. 1155-1228), arcebispo da Cantúria, sustentava que a interpretação espiritual é superior à literal. Assim sendo, no livro de Rute, o campo simboliza a Bíblia, Rute representa os estudantes e os ceifeiros

são os mestres. Foi langton quem dividiu a Vulgata em capítulos.

Tomás de Aquino (1225-1274) foi o teólogo mais famoso da Igreja Católica Romana da Idade Média. Ele acreditava que o sentido literal das Escrituras era fundamental, mas que os outros sentidos apoiavam-se sobre este. Como a Bíblia tem um Autor divino (bem como autores humanos), ela tem um lado espiritual. “O sentido literal é o que o autor pretende transmitir, mas, como o Autor é Deus, podemos esperar encontrar na Bíblia um manancial de significados. [...] O Autor das Sagras Escrituras é Deus, que tem o poder de expressar o que quer dizer não apenas por meio de palavras (como também o homem pode fazer), mas também por meio de elementos. [...] Esse significado, que confere sentido aos próprios elementos representados pelas palavras, é chamado

de sentido espiritual, que por sua vez se apóia no literal e o pressupõe” (Summa Theologica, I. 1.10). Aquino também considerava os sentidos histórico, alegórico, tropológico e anagógico.

Nicolau de Lira (1279-1340) foi figura de relevo na Idade Média por ter sido o elo entre as trevas daquela era a luz da Reforma. Em seus comentários sobre o Antigo Testamento, ele rejeitou a Vulgata e retornou para o hebraico, mas não conhecia grego. Lutero sofreu forte influência de Nicolau.

Apesar de Nicolau aceitar o sentido quádruplo das Escrituras, tão comum na Idade Média, pouca importância lhe dava, enfatizando o aspecto literal. Neste sentido, foi intensamente influenciado por Rashi.

João Wycliffe (c. 1330-1384) foi um extraordinário reformador e teólogo, que acentuava fortemente a legitimidade das Escrituras como fonte de doutrinas e de vida cristã. Portanto, contestava a posição tradicional da Igreja Católica. Ele propôs várias regras de interpretação bíblica: a) consiga um texto confiável; b) entenda a lógica da Escrituras;

c) compare os trechos da Bíblia entre si; d) mantenha uma atitude humilde, de busca, para que o Espírito Santo possa ensiná-lo. Sublinhando a interpretação gramatical e histórica das Escrituras, Wycliffe escreveu que “tudo o que é necessário na Bíblia está contido em seus devidos sentidos literal e histórico”. Ele foi o

primeiro tradutor inglês da Bíblia. É chamado de “a estrela-d’alva da Reforma”.

10. A Reforma

Durante a Reforma, a Bíblia passou a ser a única fonte legítima a nortear a fé e a prática. Os reformadores basearam-se no método literal da escola antioquina e dos vitorinos. A Reforma foi uma época de distúrbios sociais e eclesiásticos, mas, como destacou Ramm, foi essencialmente uma reforma hermenêutica, uma reforma da maneira de ver a Bíblia.

A renascença, que iniciou no século XIV na Itália e invadiu o século XVII, constituiu no reavivamento do interesse pela literatura clássica, até mesmo pelo hebraico e pelo grego. Johannes Ruchlin escreveu diversos livros sobre a gramática hebraica, entre eles *Interpretação Gramatical dos Sete Salmo Penitenciais*. Desidério Erasmo, humanista proeminente da Renascença, revisou o público, em 1516, a primeira edição do Novo Testamento grego. Foi também ele que escreveu e publicou *Anotações sobre o Novo Testamento*, além de paráfrases de todo o Novo

Testamento, com exceção de Apocalipse. “Essas publicações inauguraram uma nova era de aprendizado bíblico e muito contribuíram para suplantar o escolasticismo das eras anteriores com melhores métodos de estudo teológico”.

Martinho Lutero (1438-1546) escreveu: “Quando monge, eu era perito em alegorias. Eu alegorizava tudo, depois de fazer preleções sobre a Epístola aos Romanos, passei a conhecer a Cristo. Foi assim que percebi que ele não é nenhuma alegoria e aprendi a saber o que Cristo realmente é”.

Lutero denunciou energicamente o método alegórico de interpretação das Escrituras. “Alegorias são especulações vãs, são como que a escória das Escrituras Sagradas”. Até a imundícia vale mais que as alegorias de Orígenes”. “Alegorizar é manipular o texto bíblico”. “Alegorização pode degenerar em mera fraude”. “As alegorias são coisas estranhas, absurdas, fantasiosas e obsoletas que não valem um centavo”.

Lutero rejeitou o sentido quádruplo das Escrituras, que predominam na Idade Média, e ressaltou o sentido literal (*sensus literalis*) da Bíblia. Ele disse que as escrituras “devem ser mantidas em seu significado mais simples possível e entendidas de acordo com seu sentido

gramatical e literal, a menos que o contexto claramente o impeça”. A importância que dava ao aspecto literal levou-o a elevar os idiomas originais das Escrituras. “Sem os idiomas, não

preservaremos o evangelho por muito tempo. Eles são a bainha onde a espada do Espírito fica guardada”. Mas o estudante da Bíblia declarou Lutero, precisa ser mais do que um filólogo. Precisa ser iluminado pelo Espírito Santo. Além disso, a abordagem gramatical e histórica não é um fim em si mesma; seu objetivo é conduzir-nos a Cristo.

À semelhança de Agostinho, Lutero afirma, em sua obra *Analogia Scripturae* [Analogia da Fé] que as passagens obscuras devem ser entendidas com base nas de sentido nítido. “O texto bíblico interpretar a si próprio”, costumava dizer. “Esse é o verdadeiro método de interpretação, que compara passagem bíblica com passagem bíblica da forma certa, adequada”.

Na opinião de Lutero, qualquer cristão devoto pode entender a Bíblia. “Não existe na terra livro mais translúcido que as Sagradas Escrituras” (Exposição do salmo 37). Com tal ênfase, ele estava contrapondo-se à

dependência que as pessoas comuns tinham da Igreja Católica Romana.

Embora Lutero fosse inimigo ferrenho da alegorização das Escrituras, vez por outra ele também empregava esse estilo. Ele afirmou, por exemplo, que a arca de Noé era uma alegoria da igreja.

Para ele, a interpretação bíblica deve estar centrada em Cristo. Em vez de alegorizar o Antigo Testamento, com frequência Lutero via nele a figura de Cristo, muitas vezes além do que legitimamente permite uma interpretação correta.

O fato de Lutero ter rejeitado a alegorização das Escrituras causou uma revolução. O estilo alegórico estivera arraigado na igreja havia séculos. Embora tivesse sido fruto da tentativa de solucionar a questão dos antropomorfismos e supostas imoralidades da Bíblia, esse estilo continha inúmeros problemas. A alegorização passa a ser arbitrária. É um processo que carece de objetividade e que não refreia a imaginação. Ela encobre o verdadeiro sentido dos textos bíblicos. Sua mensagem não se impõe, pois alguém pode

dizer que certa passagem ensina determinada verdade em termos alegóricos, ao passo que outra pessoa é

capaz de enxergar um significado completamente diferente. É uma forma de despojar as Escrituras de qualquer autoridade. “A Bíblia analisa pelo prisma alegórico torna-se massa de modelar nas mãos do exegeta”. A alegorização também pode provocar orgulho quando alguns procuram enxergar nas Escrituras o que pensam ser um sentido espiritual, místico, mais “profundo” do que aquele visto pelos outros.

Mas o apóstolo Paulo não fez uso da alegorização? Ele escreveu, em Gálatas 4.24-26; “Estas cousas alegóricas: porque estas mulheres são duas alianças: uma, na verdade, se refere ao monte Sinai, que gera para escravidão; esta é Hagar é o monte Sinai na Arábia, e corresponde à Jerusalém atual que está em escravidão com seus filhos. Mas a Jerusalém lá de cima é livre, a qual é nossa mãe...”. Existe, porém, uma diferença entre a interpretação de alegorias assim chamados na Bíblia, e a alegorização da maior parte das Escrituras. Quando Paulo utiliza alegorias em Gálatas 4, ele deixa claro o que está fazendo, como acontece com os outros autores bíblicos que empregam esse estilo. O apóstolo escreveu literalmente: “Estas cousas são alegóricas...”. Ele empregou o verbo

allégorêo, que significa “dar a entender um sentido diferente do que é expresso pelas palavras”. É um complemento, não um substituto do sentido claro, gramatical das palavras. A tabela abaixo assinala as diferenças entre o método alegórico de interpretação, que predominou durante séculos na igreja, e a forma como Paulo utiliza uma alegoria.

O apóstolo utilizou a alegorizarão como forma de ilustração ou analogia, para destacar que certos fatos relativos a Hagar estão associados aos não-cristãos e que certos fatos relativos a Sara estão associados aos cristãos.

Philip Melanchthon (1497-1560), companheiro de Lutero, era profundo conhecedor do hebraico e do grego. Esse conhecimento, aliado a “seu caráter judicioso e à prudência de seu método de trabalho, possibilitou que ocupasse uma

posição de relevo na exegese bíblica”. Apesar de às vezes recair na alegorização, no cômputo geral ele também seguia o método gramatical e histórico.

João Calvino (1509-1564) é chamado de “um dos maiores intérpretes da Bíblia”. Como Lutero, Calvino rejeitava as interpretações alegóricas. Declarou que

eram “jogos fúteis” e que Orígenes e muitos outros eram culpados de “desfigura as Escrituras em todos os sentidos possíveis, destituindo-as do sentido original”. Calvino ressaltava a natureza cristológica dos textos bíblicos, o método gramático e histórico, a exegese em vez de eisegese (deixar o texto falar por si mesmo, e não ler o que ele não diz), o ministério esclarecedor do Espírito Santo e um tratamento equilibrado da tipologia. Da mesma forma que Lutero, Calvino frisava que “o texto bíblico interpreta a si mesmo”.

Assim sendo, deu extrema importância à exegese gramatical é a necessidade de examinar o contexto de cada passagem. Embora seja mais famoso por suas teologias (delineada nos dois volumes da obra Institutas da Religião Cristã), ele fez comentários sobre todos os livros da Bíblia, com exceção de 14 do Antigo Testamento e três do Novo. São eles: Juizes, Rute, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis, 1 e 2 Crônicas, Esdras, Neemias, Éster, Provérbios, Eclesiastes, Cantares, 2 e 3 João e Apocalipse.

No prefácio de seu comentário sobre Romanos, Calvino escreveu que “a primeira preocupação do intérprete é

deixar o autor dizer o que realmente diz, em vez de atribuí-lhe o que achamos que ele deveria dizer”. Calvino conhecia profundamente as Escrituras, o que fica evidente no fato de que suas Institutas continham 1 755 citações do Antigo Testamento e 3 098 do Novo.

Ulrich Zuínglio (1484-1531) foi o cabeça da Reforma em Zurique, enquanto Calvino o foi em Genebra. Tendo cortado os laços com o catolicismo romano, pregava sermões expositivos, muitos dos quais sobre os evangelhos. Ele repudiava a autoridade da igreja e escreveu que “todos

aqueles que afirmam que o evangelho de nada vale sem a aprovação da igreja estão incorretos num erro e desacreditando Deus” (Sessenta e Sete Teses).

Zuínglio salientava a importância de interpretar passagens bíblicas tendo em mente seus contextos. Remover um texto de seu contexto “é como separa uma flor da raiz”. Ao abordar o papel do ministério esclarecedor do Espírito Santo, ele declarou que “a certeza vem pelo poder e pela nitidez da atuação criadora de Deus e do Espírito Santo”.

William Tyndale (c. 1494-1536) é famoso por sua tradução do Novo Testamento para o inglês, em 1525. ele também traduziu o Pentateuco e o livro de Jonas. Tyndale era outro que defendia o sentido literal da Bíblia. “As Escrituras têm apenas um sentido, que é o literal”.

O movimento anabatista começou em 1525 em Zurique, na Suíça, com os seguidores de Zuínglio. Estes achavam que ele não cortara de vez os laços com o catolicismo no tocante às questões do controle da igreja por parte do Estado e do batismo de crianças. Os três “pais fundadores” do movimento anabatista foram Conrad Grebel, Felix Mantz e Georg Blaurock. Dentre outros líderes famosos figuram: Balthasar Hubmaier, Michael Sattler, Pilgram Marpeck e Menno Simons. Os menonitas de hoje recebem esse nome graças a Menno Simons.

Os anabatistas acreditavam que, se uma pessoa tivesse sido batizada quando bebê pela igreja reformada (zungliana) e depois de adulta aceitasse Cristo, deveria ser batizada. Foi por isso que seus inimigos nos apelidaram de “anabatistas”, que significa

“rebatizadores”. Os primeiros líderes na Suíça autodenominavam-se “irmãos suíços”. Eles também ressaltavam a importância de cada um interpretar as Escrituras com o auxílio do Espírito Santo, a primazia do Novo Testamento sobre o Antigo, a separação entre a igreja e o Estado e a disciplina e a disposição fiéis de sofrer pelo nome de Cristo. Preocupavam-se intensamente com a necessidade de uma igreja neotestamentária pura, uma

lealdade à Bíblia e uma via de humildade, pureza, disciplina e obediência a Cristo.

Em resposta à Reforma protestante, a Igreja Católica Romana convocou o Concílio de Trento, que se reuniu várias vezes de 1545 a 1563. As reformas empreendidas na Igreja Católica ficaram conhecidas como Contra-Reforma. Esse Concílio declarou que a Bíblia não é a autoridade suprema, mas que a verdade se encontra “em livros escritos e em tradições não-escritas”. Essas tradições incluem os pais da igreja da antiguidade e os líderes da igreja de hoje.

O Concílio afirmou ainda que uma interpretação precisa só se torna possível por meio da Igreja Católica Romana – a fornecedora e guardiã da Bíblia – e não mediante

indivíduos. Nele se registraram as seguintes palavras: “Ninguém, apoiando-se na própria capacidade, poderá, ‘nas questões de fé e de palavras concernentes à edificação da doutrina cristã, distorcendo as Escrituras Sagradas para seu próprio sentido, presumir que a interpretará em conformidade com o que a Santa Madre Igreja [...] sustentou e sustenta; nem mesmo em contrariedade ao que os pais estabeleceram unanimemente”.

VII - EXEGESE – APLICAÇÃO – HERMENÊUTICA

1. Definição Dos Conceitos

Hermenêutica é a tentativa de descrever os dois modos de acesso ao texto cada uma para si e em sua relação mútua e de classificá-los na perspectiva da teoria da ciência. Esta ação envolve também a pergunta pelo êxito ou fracasso da aplicação: visa-se também

investigar todos os fatores que são importantes para a aplicação.

Apesar de seu caráter teórico, a hermenêutica (na presente proposta) não procede de modo dedutivo, mas, na medida do possível, de modo indutivo e fenomenológico. Hermenêutica não é a execução da própria aplicação, mas sua descrição científica (demonstração da coerência e das fundamentações).

A hermenêutica atribuiu à exegese e à aplicação seus respectivos lugares.

2. Separação Entre Exegese e Aplicação

Uma ocorrência nem tão rara: os teólogos fazem exegese e “crítica material” num ato só e, procedendo assim, entendem-se como teólogos tanto críticos quanto engajados criticamente. Pode-se demonstrar isso tomando como exemplo a mais recente história da interpretação de 1 Co. 14.33b-36; contra toda evidência da crítica textual “prova-se” que o trecho é um acréscimo posterior, não paulino (o mesmo tenta-se em relação a Rm. 13.1-7), porque não se pode ou quer julgar Paulo capaz de afirmações tão desfavoráveis, ou antes ainda: porque, ao que tudo indica, para os

teólogos, por via de regra, não existe possibilidade lógica para julgar um autor canônico como Paulo capaz de querer algo diferente do que eles mesmos querem e, não obstante, ao mesmo tempo preservá-lo como autoridade bíblica. Pois se seguimos esta

lógica, de fato teríamos de levantar a pergunta: em que se haverá de confiar, se Paulo aqui talvez esteja se expressando numa direção diferente Gl. 3.27s.? – Em suma, não existe só uma apologética dos manifestamente conservadores, mas também um dos manifestantes progressistas, que ousa o que é filologicamente muito improvável para desagrar o autor canônico e, dessa maneira, poder tanto mais desembaraçadamente tomar conta dele com o resto dos textos que procedem dele mesmo.

Uma atitude apologética deste tipo é mui mais “perigosa” porque a progressividade costuma revestir-se do manto da racionalidade e porque operações exegéticas (ou seja, declarar algo acréscimo ou inclusão, este último um procedimento predileto especialmente de Rudolf Bultmann) em si já parecem ser mais razoáveis e críticas do que a aceitação pura e

simples do texto. Além disso, em favor desse tipo de exegese interesseira costuma-se apelar despudoradamente para o “círculo do compreender”, repetido como uma confissão, o qual não só permitia como até mesmo exigiria tal engajamento. – Entrementes esse tipo de mistura de exegese e interesse moral é praticado muitas vezes também em relação a afirmações do Novo Testamento sobre Israel, na intenção de desagravar autores neotestamentários de afirmações antijudaicas.

A associação apologética entre exegese e aplicação que expusemos deve-se ao respectivo desejo de, justamente como exegeta histórico-crítico, querer ser também teólogo (que aplica). Preservando o método histórico-crítico, há o desejo de apresentar-se como teólogo. Com isso, porém, não só se pretende muita coisa de uma só vez (o exegeta é, ao mesmo tempo, o mestre abalizado por excelência da igreja que simplesmente tem de saber e fazer tudo), como também há, em minha opinião, uma compreensão errada da singularidade da teologia como função da igreja.

Aqui, ao contrário, a aplicação e a exegese são separadas, porque senão uma exegese honesta não seria

mais possível e resultariam consequências marcantes para a ideologização e o desgaste dos textos. Essa separação é fundamentada por uma divisão entre a compreensão histórica e a compreensão aplicativa. Todavia, seja enfatizado desde logo que essa separação entre exegese e aplicação é diferente da separação entre método e verdade de Hans Georg Gadamer. Pois, em meu modo de ver, há tanto uma compreensão histórica (baseada na análise de textos e situações) quanto uma compreensão aplicativa (igualmente baseada na análise de textos e situações). Através da separação entre exegese e aplicação, é possível eliminar, em minha opinião, as aporias no conceito de compreensão de Ulrich Luz e Hans Weder. A respeito de Ulrich Luz (1982): conforme Luz, só se entendem os textos bíblicos “quando se está disposto a seguir Jesus no caminho para a cruz” (1982, p. 500). Pois o sentido dos textos não poderia ser isolado da vida. O motivo desse procedimento pode ser identificado na p. 501: trata-se da “causa”. Sem uma interpretação

do assunto voltada para o presente e sem a concretização da “causa” dos textos por meio de sofrimento e ação, a exegese em nada contribuiu para a compreensão dos textos por meio de sofrimento e ação, a exegese em nada contribuiu para a compreensão dos textos bíblicos (p. 501). – Nesse ponto, Luz se orienta expressamente por passagens neotestamentárias, como a menção da razão em Rm 12.1s., para mostrar que esse conceito de compreensão é bíblico. – Abstraindo do fato de que nada pode nos obrigar a transformar passagens bíblicas em que aparece o termo “nous” em medida para a atual classificação da exegese histórico-crítica pela teoria da ciência (mesmo que o Novo Testamento tenha tal conceito de compreensão, ele não é normativo para nós só por causa disso), o ponto propriamente problemático é a afirmação singela e que se trataria da mesma “causa”. Posso entender muito bem por que Karl Barth, prefácio à 2ª edição de seu comentário de Romanos, exige que se fale a respeito da

causa (p. X-XI, com a famosa exigência da fusão do enigma do documento com o enigma da causa). Porém a afirmação de que minha “causa” também é a do texto pressupõe uma perspectiva totalmente meta-histórica do

observador que, postado além da história ou a partir de sua consumação, como cuja identidade de modo algum é evidente para o espectador. Certo, Karl Barth voltou-se contra o mero espectador – mas de fato é necessário querer ver atrás dos bastidores caso não se queira ser apenas espectador? O sentido da coparticipação não estaria em assumir e explorar justamente seu ponto do drama? – Certamente todos os contemporâneos teológicos experimentaram a esterilidade da exegese histórico-crítica superficial para os problemas teológicos da atualidade. No entanto, exigir, por causa disso, um conceito de compreensão que se subtrai em dois terços, a qualquer disputabilitas [“possibilidade de discussão”] (a consumação de minha compreensão por meio de minha ação e meu sofrimento não é possível de discussão) não passa de uma fuga na direção errada. A respeito de Hans Weder: de acordo com a abordagem de Weder, a hermenêutica neotestamentária não pode ser deduzida de uma doutrina cognitiva geral, pois aí a compreensão é empreendida “sob a impressão causada pelo modo como o Novo Testamento realiza a compreensão”, todavia, o resultado deveria ser compreensível de modo geral (entretanto, a rigor somente com objetivos missionários; se não fosse o

“hóspede interessado” – assim se expresso Weder, pensando em algo assim como um simpatizante do cristianismo –, ele não seria necessário). Assim, a exigência de Weder poderia ser reproduzida por meio da máxima “razoável, mas decidido”. A razão não é desprezada por Weder; ela serve para traduzir a impressão causada (como no antigo *fides quaerens intellectum* [“a fé em busca de compreensão”]). Assim, os métodos seculares estão a serviço da santidade da palavra divina a ser proclamada. Com isso, para Weder, o problema da hermenêutica se reduz à

tradução, à própria questão da verdade está respondida de uma vez por todas. E é indiscutível que os ouvintes devem se submeter de modo obediente ao evangelho que lhes é apresentado – qualquer que seja sua forma – e principalmente à sua reivindicação. A hermenêutica está a serviço da exigência da fé (“a palavra de Deus de fato só pode ser concebida como mandamento”).

Assim, em Weder não ocorre uma separação entre exegese e aplicação, porque – esclarecida a priori a pergunta pela verdade – a exegese é apenas um porta-voz para comunicar a impressão causada. A conclusão tirada desse princípio torna-se evidente mais adiante: a

razão que não se deixa ensinar pela palavra de Deus é pecadora. Aqui reside a conseqüência para a exegese. Diversas coisas chamam a atenção nessa concepção, e seja permitido a

esmentar de imediato a respectiva contraproposta:

Weder fala exclusivamente da razão. Somente ela tem de fato algo a ver com a questão da interpretação. Isso não só tem conseqüências marcantes a nível antropológico, mas implica também a via de mão única do “doutrinação”. – Se aqui, em contrapartida, é acentuada com muita clareza a função de emocionalidade, dos sinais e símbolos, então isso não é somente indicativo ao protótipo do pastor que está continuamente doutrinado. Pois os dois aspectos estão interligados: o constante doutrinação como exigência e a autoridade pastoral que exige a aceitação do que é ensinado. Com a percepção do papel da emocionalidade crescem também a modéstia do pastor culto e a relevância do leigo inculto. Além disso, não entendo a religião cristã apenas como exigência, mas também como oferta de um lar espiritual. A proposta de Weder, por sua vez, se caracteriza pelas grandezas “razão” (como grandeza hermenêutica) e “exigência” (em relação à razão secular, que deve se submeter).

O doutrinamento e a limitação da razão por meio da revelação, exigidos por Weder, na prática não passam de

clericalismo. Pois ou a razão é válida por inteiro ou não é válida de modo algum. Qualquer teólogo que lhe gritar, em nome de Deus, “pare!” torna-se suspeito de ideologia. O mais tardar desde Sócrates a razão reflexiva não tem mais necessidade de permitir que de fora lhe sejam ditados seus limites. Que ela possa falhar é humano; o remédio para isso (na medida em que a falha realmente resida na razão!) é que nos envolvamos mais com ela própria e suas condições de funcionamento. O cristianismo só pode conclamar para isso. Essa é a função da fé cristã nesse ponto.

E quem de fora tentar colocar limites à razão (como se disse: “Daqui em diante não há mais discussão, agora só vale ainda a fé”) não deve se admirar se for mergulhado no escárnio da crítica à religião. Em minha opinião, é irresponsável condenar como pecado a pretensão da razão de querer conhecer seus limites por conta própria.

Weder compreende a aplicação apenas como tradução da verdade inquestionável, que (pela fé) se conhece com certeza. – O problema é que daí a exegese é apenas ensejo para falar de coisas conhecidas, faltando assim qualquer inovação, a qual deveria estar garantida pelo princípio da Escritura também para a ortodoxia.

Na presente proposta, ao contrário, visa-se claramente, em primeiro lugar, achar essa verdade por meio do esforço hermenêutica (ou seja: o que cristianismo pode significar hoje). Nesse processo, o intérprete não assume a função daquele que dá uma forma agradável e racional ao que já há muito se sabia com certeza, mas presta, antes, um serviço de parteira, tentando descobrir do que e como ele e outros vivem e podem viver – na história do cristianismo em lugar deles e diante da Escrituras. Sua tarefa é pôr a descoberto relações vitais e construir pontes onde se oferecem, nas duas margens (Escritura – situação), pontos adequados para lançar cabeças-de-ponte.

A seguir trataremos, num primeiro momento, do papel da exegese. Pois acusação tradicional de que ela seria inútil,

porque não contribuiria em nada para a causa, também se baseia num sem-número de falsas expectativas e pretensões.

3. Limitação do Papel da Exegese

Na igreja, a aplicação desde sempre já aconteceu sem exegese histórico-crítica e independentemente dela, e isso vai continuar em grande parte sendo assim também no futuro. Especialmente em face numerosas aplicações bem-sucedidas devem-se afirmar o seguinte: aí a exegese não tem por que se intrometer nem deve, apenas em função de sua autoafirmação, jogar seu maior conhecimento histórico contra uma aplicação “sem exegese”. Portanto, é muito evidente que a exegese tem apenas uma função restrita. A vida da igreja a partir da Escritura, por via de regra, se dá de modo mais direto, ingênuo, irrefletido e, de certa maneira, talvez também mais obediente.

4. Nenhuma Compromissividade Por Meio da Exegese

A exegese não pode fazer afirmações compromissivas para grupos cristãos, pois suas reconstruções históricas não podem ser, por si mesmas, compromissivas hoje. Isso também significa: o exegeta na qualidade de exegeta ainda não é líder da igreja.

5. Nenhuma Substituição da Aplicação Pela Exegese

Portanto, a exegese não pode nem deve substituir a aplicação viva, os grandes movimentos na história da igreja em geral se originaram da leitura da Escritura, mas não da exegese histórico-crítica. Dificilmente ela deve ter levado alguém à “conversão”. Entretanto, imputar-lhe isso como “falha” é não atinar com a questão, já que ela quer ser medida por suas intenções. Seu serviço é substancialmente mais simples. Se se reconhece isso, não se esperará demais dela nem se a responsabilizará por tanta coisa estéril.

Somente quando se reconhecer que a exegese de modo nenhum pode substituir o serviço vital da aplicação, será evitada também a confusão, tantas vezes constatável, entre prédica e exegese.

6. Nenhuma Dominação da Escritura Pela Exegese

Por isso, a exegese não quer nem pode aplicar-se ao “senhorio sobre a Escritura” (como alega uma freqüente acusação), pois ela não pode dizer o que “é válido” hoje. Com toda a certeza ela também não é o único caminho possível para a resposta à pergunta pelo que o texto bíblico queria dizer como texto da Antiguidade. Pois simplesmente não se pode excluir a possibilidade de que alguém que apreende um texto por intuição ou o segue obedientemente em sua prática também compreende seu sentido histórico melhor do que o exegeta. Muitas vezes uma percepção desse tipo pode posteriormente também se tornar plausível por meio de argumentos exegeticos, mesmo que não tenha sido descoberta exegeticamente.

7. A Exegese Não Crítica a Compreensão Bíblica da Realidade

Segundo a compreensão de Hans Weder, faz parte da incumbência do método histórico-crítico medir tudo pelo critério da razão e, desse modo, criticar a compreensão

de realidade das fontes. Entretanto, dessa maneira Weder evidentemente confunde posições hermenêutico-teológicas, como a discussão sobre o mito por parte de David Friedrich Strauss e seu desenvolvimento na desmitologização por Rudolf Bultmann, com a tarefa costumeira do método histórico-crítico: criticar essa visão bíblica de mundo, mas

primeiro descrevê-la plausível. A crítica material [= referente ao conteúdo] não é sua missão genuína.

Igualmente errôneo é afirmar que entre os pressupostos da exegese histórico-crítica esteja “que o presente, o que é experimentado atualmente e o que é pensado atualmente” receba, “por princípio, primazia de validade em relação ao passado”. Mesmo que decerto tenha existido tal exegese, essas formas decadentes nada dizem a respeito do próprio método geral.

Por isso, também não faz sentido dizer que o método histórico-crítico não contaria com Deus (seria um “método ateuista”), faria os textos calar ou até os anularia, e depois deduzir justamente disso que só a compreensão de fé seria adequado ao Novo Testamento. Com isso se estabelece uma alternativa falsa: a exegese descreve e reconstrói afirmações sobre

Deus. De maneira nenhuma é sua tarefa tomar decisões a favor ou contra tais afirmações. Isto é assunto da fé. Weder imputa à exegese histórico-crítica que ela estaria procedendo da mesma maneira que ele (só que negativamente), ou seja, identificando completamente a ciência e a decisão da fé. Dessa maneira, ele vê a exegese apenas no espelho de seu próprio conceito completamente homogêneo de “compreensão”. No entanto, isso evidentemente é uma distorção das intenções tradicionais da exegese histórico-crítica.

8. Exegese Significa Argumentos e Possibilidade de Controle

A exegese é uma atividade complicada e de procedimento muito indireto para detectar o significado histórico de um texto. A única vantagem da exegese histórico-crítica em relação à – talvez igualmente acertada do ponto de vista histórico – apreensão prática ou intuitiva do texto é a obrigatoriedade de demonstrar as afirmações, a necessidade de operar com argumentos e provas.

Portanto, a exegese tem a função de, no caso de uma disputa pelo significado histórico de um texto, discutir esse significado com os meios da razão. Isso não significa que aqui a razão seja por princípio jogada contra a autoridade espiritual. A razão tem aqui uma função totalmente servidora: ela é o caminho para tentar, em caso de dúvida e quando se quiser, uma aproximação ao significado histórico de um texto e para evitar uma disputa que, de outra maneira, seria e foi travada com os meios irracionais.

9. Exegese é Interesse na Concretização

A exegese ensina a compreender que aquilo que, muitas vezes se apresenta como superstição da Antiguidade baseia-se, na verdade, numa compreensão diferente das categorias básicas de tempo, identidade, pessoa e faticidade. E assim se torna possível reconstruir não só em detalhes, mas também de modo abrangente o que os cristãos do século I pensaram bem concretamente ao fazerem certas afirmações.

Dessa concretização simplesmente depende tudo. E exatamente neste ponto se trata de um interesse

apenas antiquário. Pois ao interesse na concreticidade no século I

d.C. corresponde, no sentido estrito do termo, o interesse na concretização agora. Isso significa: se o exegeta insiste em querer saber exatamente como certas afirmações foram “concebidas”, então ele gostaria de saber: como as pessoas chegaram a pensar justamente assim? Que tipo de experiências (humanas e, portanto, ao menos em princípio e em parte passíveis de reconstrução) estão na base das afirmações? Que consequências resultam de determinadas afirmações, em cada caso, para a vida cotidiana? Que influência histórica o texto obteve?

Somente quando o exegeta conseguir dar informações assim concretas sobre as aplicações e as possíveis e reais consequências de um texto, então de fato também as concretizações cotidianas atuais entrarão no horizonte do

enfoque. Pois somente assim se impedirá que o texto seja compreendido como “verdade” genérica e doutrina de validade universal. Úteis para a reconstrução da concretização histórica no século I são principalmente (em minha opinião primordialmente) os

questionamentos da história da religião e (também) da história da sociedade, assim como da fenomenologia histórica da religião.

11. A Exegese Adverte de Falsas Alternativas Fatais

A exegese não entende sentenças teológicas do passado como sentenças intocáveis, mas investiga as perguntas para as quais o texto é a resposta. Assim pode tornar-se evidente que a sistematização no lugar errado no decorrer da história da recepção levou a alternativas fatais (porque insolúveis). Estas são em especial as seguintes:

A alternativa entre obra e graça (com a opção pela última);

A alternativa entre culpa pessoal e situação (com a opção pela última);

A alternativa entre o Deus que ama e o Deus que pune (com a opção pela primeira);

A alternativa entre predestinação por parte de Deus e liberdade pessoal (os reformadores optaram muitas vezes pela primeira);

A alternativa ante o Deus que está aí para todos e ama a todos e o Deus que teria eleito alguns em especial (Israel/igreja).

Justamente essas alternativas deram muitíssimo o que fazer à sistemática e ainda hoje mexem com qualquer estudante de teologia. É possível apresentar citações bíblicas em favor de cada uma das respectivas alternativas, e a tentativa de conciliação por meio de vias intermediárias muitas vezes fracassou. Mas não poderia ser que os métodos da sistematização posterior, em sua totalidade e já na qualidade de métodos, não são adequados aos textos bíblicos? Não poderia ser aquilo que as pessoas da

Antiguidade no âmbito do judaísmo percebiam, de modo processual e sequencial só se exclui mutuamente sob a perspectiva da simultaneidade que foi introduzida de modo artificial por meio da sistematização posterior?

Um problema especial em relação às alternativas mencionadas reside, ao que parece, na teologia da onipotência, a qual, pôr as vez, representa o perigo de absorver um modo de pensar realmente histórico na teologia.

VIII - O CARÁTER ESTRANHO DO TEXTO

1. Lugar no Marco de Uma Hermenêutica do Novo Testamento

O propósito do presente esboço se volta contra um duplo nivelamento, um ético e outro religioso. Diante do nivelamento da radicalidade cristã humanismo genérico e na autossuficiência da igreja oficial acentua-se a função crítica da radicalidade bíblica e de seus portadores, ou seja, o elemento profético na igreja e na sociedade (função da “minoría crítica”). E diante do nivelamento da tradição religiosa cristã pela perda do perfil religioso das comunidades cristãs num ecumenismo genérico, insistimos na particularidade incoptabilidade pelo menos das tradições espirituais bíblicas, mas não somente destas. Quem quiser evitar o nivelamento ético e religioso necessariamente é remetido ao fenômeno da estranheza. O estranho significa aqui simultaneamente o chocante e o não-diretamente- aproveitável, o que é difícil de manejar e a

recusa de lançar na bocarra de uma cultura mundial genérica e identidade formada. Assim, a estranheza neste sentido é uma categoria judaica, pois já havíamos observado em relação ao Novo Testamento que o recuso à tradição judaica é o melhor baluarte contra nivelamento por parte da cultura helenística uniformizante.

2. Um Exemplo Como Ponto de Partida

Ev Tomé 98: “Jesus disse: o reino do Pai é como uma pessoa que queria matar alguém poderoso. Em casa, tirou a espada e a enfiou na parede para ver se sua mão seria (suficientemente) forte. Depois matou o poderoso”.- Neste texto tem-se em mente nada menos que o reino de Deus. O material simbólico procede do ambiente do terrorismo da

Antiguidade. Pois o homem poderoso que é assassinado é um homem da corte, decerto um membro do governo. Trata-se do assassinato de uma figura importante na política. O autor do delito promove previamente uma espécie de exercício de tiro. Ele experimenta o golpe decisivo primeiro na parede da

casa. O ponto essencial é: a precisão que se consegue reunir por meio de energia criminosa, o necessário teste de eficiência – exatamente isso também vale em face do reino de Deus. Jesus diz: isso é um assunto importante, que precisa ser previamente bem refletido. O importante e fascinante não se planeja de passagem. Jesus não quer assustar, mas chamar a atenção para a magnitude da responsabilidade. Trata-se, então, de uma propaganda camuflada, porquanto não é a oferta com desconto que consegue cativar, mas somente a exigência radical.

O texto do Evangelho de Tomé produz efeito por seu caráter estranho e isso em diversos sentidos:

O texto por via de regra é desconhecido.

Trata-se de aspectos da imagem de Jesus que dificilmente são conhecidos. (Os mais parecidos são a parábola da construção da torre e a do administrador fraudulento, a primeira por causa da necessidade de testar-se, a segunda por causa da comparação com a energia criminosa). O mesmo efeito produz também o tema das “parábolas escandalosas” ou dos “traços injustos na imagem de Deus”.

Possuir energia e atividade criminosas é uma experiência de cada um de nós – mas ela parece ser

totalmente contrária à experiência religiosa. O efeito especial do texto do Evangelho de Tomé consiste em que justamente o mais âmbito da vida fornece a metáfora.

3. O Caráter Estranho é a Condição do Efeito

“Efeito” é a transformação (pretendida ou real) alcançada pelo texto nos receptores. No marco da perspectiva

escatológica do cristianismo e em face da injustiça existente no mundo, uma transformação ainda é necessária e esperada. A tese é que o efeito transformador de um texto não é possível sem um mínimo de estranheza no processo de recepção. Por isso, a experiência do caráter estranho do texto é pressuposto da invocação.

Supõe-se que a recepção costumeiro e a rotina batida de associações ao ouvir-se um texto (com a consequência de que os textos descem “redondinhos” e nada mais têm a dizer) sejam uma causa importante de sua ineficácia.

Experiência religiosa e caráter estranho.

A experiência do novo e estranho com tal faz parte da religião judaico cristã, e da seguinte maneira: a experiência do novo e da estranheza sempre é apreendida, também por aquele que a faz, em sentido religioso. Há diversas razões para isso.

a) Uma razão a partir da fenomenologia da religião: o estranho e novo que é experimentado pode, como tal, apontar para o mistério que a atitude religiosa busca. Ele reflete algo do caráter fascinante do mistério. Assim, também a estranheza de um texto pode tornar-se uma referência direta e seu pano de fundo religioso. Mateus 5.27-30 é tão repulsivamente estranho e impossível de ser “digerido” em nível ético ou emocional que esse caráter estranho necessariamente é levado a buscar uma resposta em categorias como gratidão, propriedade de Deus e santidade.

b) Uma razão a partir da psicologia da religião: as pessoas existem no tempo. A religião se fundamenta na experiência. Por causa da temporalidade há necessidade constante de nova experiência que remove e revalide a antiga. Diante de Deus subiste a “suspeita” de que nenhuma experiência seja suficiente e que mais experiências sejam necessárias – complementares até ao ponto de se contraporem.

c) Duas razões de ordem teológica:

Devido ao fato de o Deus judaico-cristão reivindicar o todo da existência humana e da história, também as novas

experiências estão subordinadas à sua reivindicação de senhorio.

E a necessidade do novo no âmbito da religião não é só o contrapeso a seu tradicionalismo natural e não explica simplesmente a partir da debilidade humana, mas é um elemento da própria experiência de Deus único e singular de Israel e o fenômeno “história da salvação” estão ligados, porque o “diferente” e “novo” não deve mais ser buscado junto a outros deuses, mas somente ainda na continuação da história com esse Deus único. Ou dito ainda de outra maneira: o contínuo desenrolar da história com esse Deus, justamente por causa da diferença histórica sempre cambiante, necessita do novo, diferente e até agora estranho no âmbito da articulação religiosa. Em especial com o auxílio de Rm. 9.6-33 também pode ser esclarecido exegeticamente que o fato de ser surpreendido e o até agora totalmente inesperado são experimentados como típicos do agir do Deus de Israel. Certamente o estranho como o santo, o

excluído e a festa pertence ao âmbito de muitas religiões. Entretanto, esse estranho, que é concebido antes como algo estático- rítmico, no âmbito da religião de Israel torna-se o novo na experiência histórica, o novo na vontade e no planejamento de Deus, de modo que as pessoas precisam continuamente repensar e estar atentas não só em face da realidade cada vez maior, mas também em face da realidade cada vez diferente de Deus.

A relevância da experiência do estranho e novo também tem um reflexo negativo na mania de inovação religiosa. Está é o desvio de um princípio originalmente correto. Mania de inovação religiosa, correr atrás de modismos sempre novos e tudo o que na Idade Média se chamava de “curiositas” (cobiçar o novo e o especial) não devem ser considerados originalmente negativos, mas são primeiramente sintomas de um cristianismo vivo, lutando por expressão e que não está simplesmente satisfeito consigo mesmo. Porém a ânsia pelo novo torna-se sintoma de desorientação quando a Escritura

não é mais capaz de contribuir para a articulação desse novo. Pois a função da Escritura para e em face da

experiência religiosa nova deve ser concebida da seguinte maneira.

Somente a Escritura que foi de novo descoberta em sua estranheza pode também transmitir por si mesma a necessária experiência nova.

Para uma nova experiência religiosa atual a Escritura, como experiência já articulada (no caso de ela ser vista dessa forma), proporciona um auxílio de articulação: a articulação da experiência nova é exitosa quando sua forma puder fazer frente à antiga. A uma forma somente pode contrapor-se outra forma. Nesse sentido, o texto bíblico provoca a tomada de forma da nova experiência. E esse processo é necessário por causa da vitalidade da religião bíblica.

Portanto, o problema de como se dá a relação entre a necessária experiência religiosa nova e o que de toda revelação foi fixado no cânone será resolvido aqui de maneira que a experiência presente se exponha à antiga, novamente tornada estranha, concretizada no texto bíblico. Porém ali onde “a Escritura” literalmente nada mais tem a dizer, as experiências marcantes de um novo tempo terão que se articular de outra maneira. – Esta articulação muitas vezes se deu, nos dois últimos séculos, com o auxílio de religiões estranhas

(especialmente da Antiguidade e depois das orientais), porque estas momentaneamente pareciam oferecer o elemento do novo e estranho necessário para a religião viva.

4. O Estranho só Fará Efeito Como o Outro Afim

Algo totalmente estranho não pode ser compreendido nem captado.

O efeito só é possível sob a condição da aceitação parcial da experiência existente. Refiro-me, com isso, pelo menos a uma experiência não-religiosa que poderia, então, tornar-se o âmbito que fornece a metáfora para a religiosa.

Em minha opinião, o processo da formação de metáforas é fundamental para a compreensão de textos religiosos.

A estranheza é uma experiência religiosa ambivalente: o tornar-se estranho de textos bíblicos – como tudo o que se faz na recepção – não deve, tomado em si, ser simplesmente glorificado, mas é um fenômeno ambivalente. Afinal, está aí em debate, como já indiquei, a perda do “lar religioso” (o que em si, todavia, também

é um assunto ambivalente). Ambos os aspectos vão acompanhar nossas reflexões também no que segue.

Pelo visto, o efeito pode ser maior onde se exprime aquilo que está bem próximo do costumeiro (também no sentido da oposição) e, ao mesmo tempo, precisamente aquilo que faltava e se necessitava com urgência (há uma expectativa pelo inesperado). Do ponto de vista semântico, também o oposto faz parte do “campo vocabular”, por isso, “próximo” é entendido aqui de maneira a abranger também “o oposto afim”, o “outro afim”. Não é qualquer estranho, mas apenas um desse tipo consegue produzir efeito.

Todavia também o estar familiarizado com textos (justamente por não dizerem mais nada de novo) tem sua função religiosa, assim como não só a inovação, mas também a repetição regular faz parte da religião, porque através do texto “estagnado” pode-se ver a situação que cada vez é diferente. Nesse caso a “preocupação” não reside mais na compreensão do texto, mas o texto sempre já apropriado forma, justamente no contraste com a situação cada vez nova, um fermento invariável que cada vez novos textos. No entanto, também os problemas desse tipo de aplicação são evidentes. Exemplos são a série de textos

dominicais da ordem perícopes da Igreja Católica, que antes do concílio era sempre igual, e alguns fenômenos no campo da oração (a oração de Jesus na igreja oriental e a oração do rosário no Ocidente). Nesse caso, abstraindo do conhecido fenômeno do tédio espiritual, podia tornar-se problemática especialmente a perda da potência crítica do discurso bíblico,

já que, com a repetição rítmica, a afirmação e o consolo necessariamente ficavam em primeiro plano. – Também a época da exegese alegórica geralmente usava o texto apenas para a afirmação do dogma eclesial (a Escritura como documento de legitimação ou como ilustração).

5. Recuperação do Caráter Estranho do Texto

A função do cânone judaico e do cristão é uma inequívoca limitação de experiências religiosas “novas”, sendo que está claro desde o início que isso não significa a exclusão das mesmas. Porquanto desde o princípio há produção de novos textos fora do cânone. Todavia, o novo só deve ser obtido em face da Escritura. A rejeição da “nova revelação” leva, num primeiro momento, à situação aparentemente

contraditória de que a experiência nova, que ocorre por causa da vitalidade da religião, só pode ser obtida em face do texto mais antigo e familiar. Quase obviamente é de esperar que, devido a rotinas na recepção o antigo texto (bíblico) se torne tão batido e inexpressivo que fique obsoleto.

6. A Função da Exegese

A exegese histórico-crítica e a normatividade crítica da Escritura estão estreitamente ligadas uma à outra. Portanto, pode se tornar necessário obter novos aspectos também do próprio texto bíblico. E enquanto, nesse processo, a exegese histórico-crítica, num primeiro momento, acumula quaisquer aspectos estranhos e novos de um texto, a aplicação então está mais interessada em escolher dentre eles o que mais auxilia na articulação da presente experiência religiosa. A partir disso, uma importante tarefa do exegeta é mostrar o novo no antigo, e sua atividade pode contribuir no sentido de tornar a existência do cânone significativa numa situação dada. Pois para que o cânone seja preservado com parceiro de diálogo é necessário apontar para o fato de que ele não foi

desde sempre entendido e acolhido adequadamente. Nesse caso, ele não é o óbvio, mas em sua estranheza o provocador. O distanciamento temporal e cosmovisivo do cânone torna-se sinal de sua função crítica como revelação. Formulando de outra maneira: o caráter escandaloso da singularidade bíblica torna-se o veículo pelo qual se transmite o caráter escandaloso da experiência da revelação. Assim, a descrição exegetica da estranheza do texto amplia seu potencial de eficácia precisamente diante da impressão de que ele “nada mais tem a dizer”. Se o texto se tornasse familiar demais e sem aresta, ele ficaria mudo. E um parceiro de diálogo muda não pode mais desempenhar seu papel, podendo até mesmo levar à retirada. Isso acontece pelo fato de as experiências religiosas ficarem sem lar diante de um texto bíblico mudo.

Neste ponto reside, sem dúvida, o fracasso “histórico” do método histórico-crítico na pesquisa do Novo Testamento: enquanto que a rigor poderia e deveria ter visado descobrir, junto com o caráter estranho do texto em vista de sua utilização pela igreja, também sua riqueza, de modo geral permaneceu-se restrito à erudição filológica e à sutileza correspondente. Devido a

isso a exegese não somente tornou-se repulsiva, mas colocou-se em sua condição atópica, ao lado dos fenômenos não menos afugentadores da ortodoxia e prática eclesiais. Ou dito de outra maneira: como prisioneira da filologia, a exegese não só se tornou inofensiva no que diz respeito à sua função crítica, mas também utilizável em muitos aspectos e por isso mesmo útil para a manutenção do sistema. Até o surgimento da interpretação existencialista as experiências religiosas não tinham lar em face da exegese. Tanto na dogmática quanto na espiritualidade e exegese a Escritura permanecia igualmente muda. A retirada da “filosofia” do âmbito da igreja pela mão dos teólogos (Tübinger Stift) no século XIX e o alheamento parcial da poesia e da intelectualidade de modo geral em relação à igreja no século XX também estão relacionados

com o fenômeno do cânone que morreu nas mãos dos exegetas.

Isso significa: se uma nova visão de mundo e uma nova experiência da realidade, novas perguntas novas formas de “espiritualidade” não mais forem abrangidas, respondidas e acolhidas pela interpretação da Escritura no pensamento da Igreja, se as perguntas e novas

experiências se tornarem mais vivas e, na mesma medida, a margem de manobra determinada pela própria igreja se tornar mais estreito, então os que assim perguntarem e experimentarem de maneira nova não encontraram mais lar espiritual na igreja e se retirarão.

À interpretação existencialista cabe o mérito inquestionável de ter acabado com a esterilidade da exegese tradicional pelo fato de ter vinculado na prática as experiências humanas básicas com a exegese histórica. Esse mérito permanece mesmo quando se reconhece que a antropologia em que ela se baseou foi aproveitada de modo muito unilateral e que o resultado foi uma nova forma de esterilidade. No fim das contas a vinculação da exegese com a filosofia de Heidegger foi uma nova tentativa impressionante de impedir a retirada da experiência e da inteligência vivas da igreja.

Portanto, se o que importa é que o cânone seja o lar religioso dos cristãos não só no sentido da confirmação, mas também no sentido do parceiro de diálogo “competente”, “suficiente” e à altura das novas experiências, então é necessário visualizar constantemente sua riqueza e seu caráter estranho. Isso não significa que o próprio cânone precise ou

possa ser a fonte de qualquer experiência (experiências são, antes, dadas). Significa, no entanto, que as experiências devem se deixar iluminar, criticar e articular “diante dele”, em face dele. (O “devem” é pensado literalmente, já que – ou: na medida em que – o cânone tem função normativa).

**Se não ocorre somente
confirmação, mas também
enriquecimento através do cânone, então o lar
espiritual não precisa ser procurado
como compreensão espreitando o
estranho em outras religiões, mas pode consistir no
estranho própria tradição oferece em abundância.
Todavia – e aqui reside a motivação para o
“trabalho” –, esse estranho não é acessível à
primeira vista, mas trata-se em geral de âmbitos
ocultos, respectivamente não dominantes da própria
tradição. Neste ponto, pode-se reconhecer
novamente uma correspondência estrutural
ao acima mencionado princípio da “minoridade
crítica”. Em ambos visa-se fazer
com que se manifeste
aquilo que, no próprio âmbito, é**

oprimido e sonegado, seja o sofrimento injusto, seja a diversidade ou a estranheza oprimidas e não efetivadas.

Em ambos os casos se trata da função hermenêutica de uma experiência que se poderia traduzir com a seguinte frase: “Olha! Aí está algo que não tínhamos percebido, mas que pode e deve nos interessar”. Procedendo-se da maneira apontada, o cânone poderia adquirir uma nova atualidade. Ele não seria mais somente uma instância legitimadora (mina de textos bíblicos para provar o caráter cristão do novo), mas seria conduzido para fora dessa situação, que se parece com uma rua de mão única, e recuperaria sua autonomia com interlocutor crítico. De acordo com esta concepção, o conflito tradicional de que, apesar da existência do cânone, o novo precisa ser diferente do antigo já existente, é suavizado pelo fato de que:

A nova experiência é aceita e percebida em sua autonomia e não simplesmente remontada ao cânone;
A causa da obsolescência e a perda da linguagem do antigo na recepção costumeira são reconhecidas;

A essa recepção costumeira é interrompida por meio da reexploração histórica e especialmente histórico-religiosa do texto bíblico, de modo que este é libertado da cooptação por parte daquela. - A comparação histórico-religiosa é a mais eficaz para recuperar o caráter estranho do texto porque a

relação triangular: ao lado do texto bíblico é colocado seu elemento de comparação da Antiguidade; o monólogo é, no mínimo, dificultado (caso não se use a comparação histórico-religiosa somente para distanciar, de modo apologético, o elemento cristão de todos os demais);

Da estranheza histórico-religiosa do texto bíblico é escolhido o “outro afim” que, na situação da aplicação, melhor pode “promover a Cristo”.

7. Transmissão Prática da Estranheza na Aplicação

A citação em contextos (também costumeiramente) estranhos (também em termos de hábito) renova a experiência daquilo que foi citado.

Importante é a escolha de metáforas ousadas e até atrevidas, em especial de uma rede nova ou análoga de metáforas.

Com base na função religiosa e gnosiológica básica do caráter estranho, a inteligibilidade não pode ser o critério último para a produção e aplicação de textos. Embora em toda parte se trate de experiências humanas que, por isso, poderiam em princípio ser investigadas aproximativamente, o possível resultado de tal aproximação não pode ser simplesmente antecipado de modo grosseiro. Ao contrário, o respeito pela particularidade inconfundível de quem produziu o texto torna necessário, dependendo do caso, para aquele que faz a aplicação aplicar o texto também de modo apenas parcial (desconsiderando que a própria situação exige isso).

Portanto, se estranheza de um texto pode também simplesmente “ficar aí assim como está”, então isso representa a renúncia por princípio à exigência de que um texto se nos torne imediato e contemporâneo. Com isso renuncia-se a uma parte importante de hermenêutica filosófica iluminista. O texto pode, antes, ser preservado também em seu distanciamento e não

precisa ser “conectado” diretamente em todos os pontos. Desse modo,

leva-se a sério principalmente a dimensão da história (com a autonomia de todas as partes).

Uma consequência disso é também a “tolerância hermenêutica”. Isso significa: renúncia à ubiquidade de uma única verdade. Aqui é importante que essa renúncia não se dê por obrigação, mas que tenha, pelo contrário, um significado positivo e apareça como a atitude adequada. Justamente no âmbito da fé, onde a firmeza e a apropriação de “minha” verdade é decisivas, não é possível superestimar a importância de a Escritura ser percebida também como a posição diferente. Somente desse modo o crente pode ser criticado também em sua firmeza e não fica sozinho. E o fato de a “alteritas” fazer parte da fé é uma das fontes de eclesiologia. Pois igreja não é simplesmente identidade, mas a convivência de pessoas diferentes.

Agora, qualquer pessoa informada sobre a situação do cristianismo nos países industrializados do Ocidente era objetar que aqui já existiria um pluralismo e que o problema seria, antes, o da necessária unidade de ação. A esse respeito é preciso dizer o seguinte:

Aceitação tácita do pluralismo é algo diferente do reconhecimento teológico da necessidade de tolerância hermenêutica.

Justamente a hermenêutica do Novo Testamento deveria estar consciente de que a base sociológica da igreja se alterou desde a virada constantiniana (no Ocidente por ora de modo irreversível). Ainda costuma-se transferir implicitamente a estrutura de uma “seita missionária” para a interpretação.

Só com a percepção do pluralismo e da situação alterada ainda não se encontra a resposta à pergunta em que consiste a unidade nessa diversidade. Os limites dessa pluralidade da igreja oficial certamente devem se orientar por aquilo que constitui, em cada caso, a credibilidade do cristianismo. A mim parece ser especialmente necessário para a unidade na diversidade que sejam formulados pontos

éticos comuns que sejam compromissivos, não muito abertos e, com isso, também questionáveis.

Portanto, a preservação da alteridade e unidade necessária estão, em cada caso, em tensão mútua e dizem respeito cada qual a campos diferentes.

8. A Discussão Filosófica

A história de hermenêutica mais recente pode ser deduzida do posicionamento diante do problema do caráter estranho. O início é assinalado, com propriedade, pela posição de Schleiermacher, cujo ponto de partida é que a não-compreensão do outro é a regra, de modo que o critério da verdade adotado em cada caso se torna inseparável “da autocompreensão dos indivíduos que por meio dele entram num acordo”. Portanto, para obter a “verdade” resta somente o caminho da comunicação hermenêutica, porquanto a razão não está disponível de modo genérico e atemporal, mas somente na concreticidade histórica. Este enfoque será adotado parcialmente por nós a seguir. – Não muito distante dessa posição está o enfoque hermenêutico de Wilhelm von Humboldt de que o alvo do esforço hermenêutico seria “a consciência rigorosamente simultânea do discurso próprio e do estranho”.

Na discussão hermenêutica deste século mostra-se (como já anteriormente em Wilhelm Dilthey) em Heidegger e Gadamer o empenho de superar a estranheza entre sujeito e objeto por meio de uma

grandeza antecedente. Gadamer quer superar o estranhamento “vinculando o mundo que se tornou disponível cientificamente ‘às ordens fundamentais de nosso ser, não-arbitrárias, a serem não mais feitas, mas honradas por nós’. A superação do estranhamento é, em termos de intenção, o ponto de vista hermenêutico universal de Gadamer”. Isso se torna possível no marco do “nós que nós todos somos”. No marco dessa concordância a compreensão de outros é possível porque se trata de

peçoas. O aspecto problemático no pensamento de Gadamer é, como se sabe, questão da possibilidade do realmente novo e outro. Para Gadamer, este não é objeto do compreender, mas somente do fazer-se compreender. O compreender, ao contrário, somente acolhe o familiar, que pode ser abrigado no “consenso”. Este consenso surgiu por meio da participação no objeto da tradição. Por isso se pode dizer: “O alvo de Gadamer é superar a distância, para ele funesta, do objeto do compreender por meio de uma participação no objeto da tradição que esteja fundamentada na história de sua influência”.

Dessa maneira, Gadamer pretende excluir qualquer objetivismo semelhante ao das ciências naturais e “devolver ao sujeito cognoscente sua participação no acontecimento da tradição, a qual lhe foi alheada. Entretanto, neste ponto (...) entra em cena a questão de como ainda seria possível, nessa concepção de participação, articular uma crítica ao objeto e ao ‘acontecimento da inserção’ no mesmo”. – Em outro momento será demonstrado que, tanto em Gadamer quanto em Heidegger, a superação da divisão sujeito é paga com a perda da dimensão do sujeito. Sujeito e estranheza, como categorias hermenêuticas, estão em estreita ligação um com o outro.

A discussão após-Gadamer tende a conceder ao estranho um espaço maior e construtivo. Particularmente Paul Ricoeur – diferentemente de Gadamer – não considera a estranheza e a distância como uma desgraça, mas como a dinâmica básica do compreender. Porquanto este se realiza dialeticamente entre estranheza e confirmação. Dessa maneira são produzidas continuamente novas interpretações do texto, pois cada nova leitura liberta o texto do distanciamento para uma nova proximidade.

Assim, no enfoque de Paul Ricoeur, o caráter estranho do texto não tem uma função somente negativa. No marco da dialética da autocomunicação (por meio do mundo dos sinais), que no pensamento do Ricoeur vem à tona em toda

parte, a distância é, antes, o espaço crítico em que se realiza a interpretação. Cada nova recepção significa o estabelecimento de uma nova proximidade e de novos vínculos com o mundo do leitor. O progresso em relação a Hans Georg Gadamer consiste em que se preserva “a identidade dos textos também contra a identidade cambiante do intérprete”, de modo que os textos também podem ser um potencial crítico diante de concepções dominantes da realidade. Jean Rondacenta, com razão, que em Ricoeur se manifesta a preocupação crítica de Jürgen Habermas em relação a Gadamer. Posso concordar com Ricoeur que o texto é “desafio” à nossa compreensão da realidade. Como não-confirmação, a estranheza é questionamento. Entretanto, conforme Ricoeur, a alteridade do interlocutor é então dissolvida no compreender, de modo que nesse ponto não pode haver um real deixar ser e subsistir do outro.

9. Fundamento do Próprio Modelo

Textos estranhos são, em seu contexto, como parábolas: O resultado da tensão entre contexto e o texto “estranho” é cada vez um novo texto, em certo sentido a compreensão que o leitor cria a partir da tensão entre o texto inserido e o contexto. O procedimento da interpretação de parábolas orientada pelo contexto aqui adotado como modelo, não é o único que foi discutido na pesquisa. Mas nas duas principais linhas de pesquisa, que concorrem neste ponto, a interpretação de parábolas e a compreensão de revelação se tocam e correspondem em cada caso: segundo a concepção da exegese que se orienta pela teologia existencialistas ou pela teologia dialética, as parábolas são formas autônomas da linguagem, e isso corresponde à concepção de revelação como um evento imediato, sem contexto nem analogia. Aqui, em contrapartida, o contexto e as experiências pré-religiosas são importantes tanto para as parábolas (o âmbito que fornece a metáfora) quanto para a revelação concebida de



modo análogo a isso. Com isso, quanto à questão da relevância hermenêutica da estranheza, confrontam-se o modelo “evento de linguagem” e o modelo “orientação pelo contexto”.

Trata-se, antes, decididamente de tentativas de romper o círculo de compreensão e, assim, de uma questão de etos. E: alterações na pré-compreensão não devem ser simplesmente aceitas, mas teriam de ser antecipadas pelo teólogo.

BIBLIOGRAFIA

- Exegese Bíblica - Professor Pedro Apolinário do Instituto Adventista de Ensino, 1977;
- Revista da Bíblia, nº 6 Abril – Junho /97 - W.B Chamberlain;



NO CURSO BACHAREL LIVRE

Você irá estudar 40 Disciplinas de maneira sistemática em uma plataforma online em Pdf para imprimir e Vídeo aulas

GRADE CURRICULAR

Disponibilizadas em PDF

1 BIBLIOLOGIA
2 TEOLOGIA - DOCTRINA DE DEUS
3 CRISTOLOGIA
4 PNEUMATOLOGIA
5 ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA
6 HAMARTIOLOGIA
7 SOTERIOLOGIA
8 ECLESIOLOGIA
9 ANGELOGIA
10 ESCATOLOGIA
11 HERMENÊUTICA
12 HOMILÉTICA
13 EXEGESE BÍBLICA
14 ARQUEOLOGIA BÍBLICA
15 PENTATEUCO
16 EVANGELISMO E MISSÕES
17 TEOLOGIA PASTORAL E ÉTICA
18 HISTÓRIA DE ISRAEL
19 TEOLOGIA DO ANTIGO TESTAMENTO
20 TEOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO

21 ÉTICA CRISTÃ
22 GEOGRAFIA BÍBLICA
23 PEDAGOGIA
24 RELIGIÕES COMPARDAS
25 HISTÓRIA DO CRISTIANISMO
26 ARQUEOLOGIA BÍBLICA
27 EVANGELISMO PESSOAL
28 FILOSOFIA GERAL
29 HEBRAICO
30 GREGO
31 METODOLOGIA CIÊNTIFICA
32 PSICOLOGIA PASTORAL
33 ÉTICA MINISTERIAL
34 EXEGESE BÍBLICA
35 ECLESIOLOGIA
36 MISSIOLOGIA
37 TEOLOGIA SISTEMÁTICA 1
38 TEOLOGIA SISTEMÁTICA 2
39 TEOLOGIA PASTORAL
40 PORTUGUÊS



*Fotos Meramente ilustrativas



Plataforma de estudo

Você irá estudar o seu curso em uma plataforma Online pensada para você, no seu Computador ou celular



Vídeo Aulas e muito mais

Você irá estudar online com ajudar de vídeo aulas e apostila em pdfs provas e muito mais...



Certificado Online

Terá direito ao certificado online dos cursos do básico até bacharel mais Oratória online.



Grupo Aberto no TELEGRAM

Você terá direito a um grupo no TELEGRAM onde semanalmente será enviado informações Extras para Você sobre o seu curso



Mais Interatividade

No grupo do Telegram você terá interatividade com os idealizadores do seu curso diariamente.



Apostilas em Pdf

As disciplinas estão também em PDF para o aluno Baixar e estudar até mesmo Imprimir

PERGUNTAS FREQUENTES

Tem Credencial?

Nós Trabalhamos com Certificado e Histórico escolar Online que podem ser impressos pelo aluno

Vocês enviam livros?

Nosso curso é 100% Online, não enviamos nenhum conteúdo por correios, todo conteúdo é disponibilizado na plataforma

Nunca estudei Online

Nós iremos lhe dar todo apoio para estudar como tutoriais ensinando o passo a passo de como estudar o seu curso.



DURAÇÃO DO CURSO DEPENDE DO ALUNO

O curso será estruturado em módulos acessíveis eletronicamente pela plataforma do Aluno – AVA Moodle, mediante digitação de um nome de usuário e senha. Imediatamente após a matrícula o aluno poderá acessar o primeiro módulo para estudo. Cada módulo possui atividades específicas como Fóruns, Livros e Vídeos; objetivando preparar o aluno para uma avaliação de conhecimentos que fechará o módulo.

Avaliações

As avaliações serão realizadas através DA PLATAFORMA DO Aluno – AVA Moodle ao final de cada módulo.

Investimento

Sem taxa de matrícula nem Mensalidade Valor total do curso. Curso com um unico valor

Requisitos Obrigatórios

Este curso não exige comprovante de escolaridade.



BACHAREL EM TEOLOGIA ONLINE

O Curso bacharel em Teologia Online é um curso realizado a distância através da plataforma – AVA Moodle. No campo da educação teológica se baseia em questões práticas, dissertações e pesquisas objetivas. Ao iniciar o curso o aluno pode acessá-lo no seu tempo disponível, sem compromisso com dias ou horários fixos, no conforto do seu lar por meio do seu computador, tablete ou celular. O aluno decide o tempo para terminar o seu curso. Por correspondência, o aluno recebe uma apostila e várias questões relativas a cada disciplina, as quais devem responder, com as fontes de informações indicadas pelo SETAT. O aluno decide o tempo para terminar o seu curso. O curso possui uma avaliação e uma redação final online, para ser aprovado o aluno deverá alcançar uma nota igual ou superior a 6, para receber seu Histórico e certificado na conclusão do curso. Somos uma escola diferente de todas as existentes! Ao mesmo tempo, buscamos profunda seriedade em nosso trabalho acadêmico elevado, sendo de vocação e dependência de Deus, altos propósitos, para os quais carecemos da graça de Deus para realizar. Venha fazer a diferença e faça parte da família SETAT, ore por seus educadores, louve a Deus e estude conosco, esperamos que você encontre neste site todas as informações que procura a respeito de nosso curso básico em teologia online.

Reconhecimento pelo MEC

O SETAT ministra cursos livres e estes NÃO são reconhecidos pelo MEC.

O curso tem mensalidade?

NÃO, nossos cursos tem uma taxa ÚNICA, e o aluno não paga mais NADA.

Posso fazer o Bacharel sem Ter feito o Básico?

Por ser um curso Livre online, o aluno pode estudar no seu tempo, tornando assim que o aluno não precise de níveis de aprendizagem, e pode começar a estudar o curso completo sem partições de tempo como o Básico e Médio



RECONHECIMENTO DOS CURSOS

Os Diplomas e históricos do SETAT- Seminário de teologia ao Alcance de Todos, tem registro de firma reconhecida em cartório. A nova posição do governo sobre o assunto, no momento, muito seminários registrados estão com o processo de vinculação ao MEC. Até então o governo, no tocante a constituição, tem respeitado a separação entre a Igreja e o estado, por isso o MEC considera o ensino teológico dentro dos cursos da área de (ensino livre). A instituição deve estar destinada a formação de ministros religiosos. O curso em questão deve ser de nível superior pressupondo que seus alunos tenham concluído os dois ciclos do curso de nível médio (1º e 2º graus completos). Um curso para formação ministerial.

É reconhecido pela minha Convenção?

Terá que consultar a sua convenção se eles aceitam cursos livres em sua formação ministerial

Qual a linha teológica do Seminário?

Nosso seminário é Interdenominacional. Nós ensinaremos às 2 linhas teológicas Para o crescimento dos nossos alunos.

Quais são as forma de Pagamento?

Nós trabalhamos com Boleto, Cartão de Crédito em até 12x



SEMINÁRIO DE
Teologia
AO ALCANCE DE *Todos*

REITOR DO SETAT

PASTOR
LENILBERTO *Miranda*

Informações:



TEOLOGIAAOALCANCEDETODOS.COM.BR